

DIÁLOGO GLOBAL

13.3

3 edições por ano em vários idiomas

Falando de sociologia
com Rita Segato

Breno Bringel
Vitória Gonzalez

A ISA em destaque

Margaret Archer
Michel Wieviorka
Michael Burawoy
Margaret Abraham
Sari Hanafi
Geoffrey Pleyers
Martin Albrow

O mundo segundo a
teoria crítica
(e vice-versa)

Stephan Lessenich
Gurminder K. Bhambra
Manuela Boateá
Patricia Cipollitti Rodríguez
Bruna de la Torre de C. Lima
Esteban Torres

Descarbonização e
colonialismo verde

Breno Bringel
Maristella Svampa
Hamza Hamouchène
Nnimmo Bassey
Manifesto Sul-Sul

Perspectivas teóricas

Kathya Araujo

Seção aberta

- > A política do medo e a imaginação política autoritária
- > As lutas pela água como resistência ao capitalismo neoliberal

REVISTA



International
Sociological
Association
isa

VOLUME 13 / NÚMERO 3 / DEZEMBRO 2023
<https://globaldialogue.isa-sociology.org/>

GD



> Editorial

Esta edição começa com uma entrevista com a renomada acadêmica e ativista feminista Rita Segato. Durante a conversa, discutimos suas contribuições sobre questões de gênero, violência e colonialidade e como aprimorar os diálogos global e Sul-Sul sobre essas questões. Aqui Segato também compartilha suas visões sobre temas contemporâneos, como retrocessos autoritários e a internacionalização do movimento feminista.

A ISA ganha uma seção especial nesta edição. Após 40 anos de intensa dedicação à nossa associação como Secretária Executiva, Izabela Barlinska se aposenta. Cinco ex-presidentes (Margaret Archer, Michel Wieviorka, Michael Burawoy, Margaret Abraham e Sari Hanafi) e o atual (Geoffrey Pleyers), recentemente eleito em Melbourne, prestam uma homenagem mais do que merecida a ela. Também publicamos o discurso de posse de Pleyers no XX Congresso Mundial de Sociologia. A nota triste é a morte de Margaret Archer, a quem Martin Albrow presta uma homenagem pessoal.

Além desta seção institucional, esta edição apresenta dois simpósios. O primeiro, intitulado “O mundo segundo a teoria crítica (e vice-versa)”, organizado por Stephan Lessenich e Esteban Torres, junta-se aos atuais balanços de teoria crítica à luz do centenário do *Institut für Sozialforschung* (IfS). Nos seis artigos da seção, a teoria crítica da Escola de Frankfurt é questionada e revisitada por diferentes lentes: sua relação com a sociologia global (Stephan Lessenich), a pós-colonial (Gurminder K. Bhambra) e a crítica decolonial (Patricia Cipelitti Rodríguez), a globalização da experiência periférica (Manuela Boatcă), a indústria cultural (Bruna de la Torre de Carvalho Lima) e um apelo a novas teorias críticas da sociedade mundial (Esteban Torres).

No mesmo espírito de compreender a interconexão global dos fenômenos sociais, a seção “Descarbonização e colonialismo verde” explora os impactos das tran-

sições ecológicas hegemônicas no Sul Global. Bringel e Svampa sugerem que estamos diante da emergência de um novo consenso capitalista centrado na questão climática e ambiental, que definem como o “consenso da descarbonização”. Por sua vez, os ativistas Hamza Hamouchène e Nnimmo Bassey analisam o colonialismo verde decorrente das transições energéticas do Norte Global a partir de uma perspectiva norte-africana e pan-africana, respectivamente. Por fim, publicamos o “Manifesto Sul-Sul por uma transição ecossocial justa e popular”, escrito por ativistas, intelectuais e organizações da África, América Latina e Ásia.

Na seção ‘Perspectivas teóricas’, a socióloga chilena Kathya Araujo defende a necessidade de repensar a teoria da autoridade (e do autoritarismo). Após revisar os modelos clássicos, ela apresenta várias transformações sociais que os tornaram ultrapassados. Araujo também nos oferece possíveis caminhos para repensar a autoridade com base em uma abordagem interativa e relacional.

Influenciado por Araujo, o primeiro artigo da ‘Seção aberta’ de Lara Sartorio discute como a política do medo enquadra subjetividades e forja um imaginário político autoritário. Por fim, Madelaine Moore apresenta algumas das principais descobertas de seu livro *As lutas pela água como resistência ao capitalismo neoliberal*, colocando criativamente a teoria da reprodução social em diálogo com a política da água.

Encerramos o primeiro ano como a nova equipe editorial da *Diálogo Global*, entusiasmados com a possibilidade de construir pontes entre públicos, culturas, lugares e tradições intelectuais. Mais novidades no próximo ano. Enquanto isso, espero que você aproveite esta edição e nos ajude a divulgá-la no seu idioma. ■

Breno Bringel, editor da *Diálogo Global*

> A *Diálogo Global* pode ser encontrada em vários idiomas em [seu site](#).

> Submissões devem ser enviadas para : globaldialogue.isa@gmail.com.

ISA International
Sociological
Association

**DIÁLOGO
GLOBAL**



> Equipe editorial

Editor: Breno Bringel.

Editores assistentes: Vitória Gonzalez, Carolina Vestena.

Editor associado: Christopher Evans.

Editores executivos: Lola Busuttil, August Bagã.

Consultores: Michael Burawoy, Brigitte Aulenbacher, Klaus Dörre.

Conselho Editorial:

Sari Hanafi, Geoffrey Pleyers, Filomin Gutierrez, Eloísa Martín, Sawako Shirahase, Izabela Barlinska, Tova Benski, Chih-Jou Jay Chen, Jan Fritz, Koichi Hasegawa, Hiroshi Ishida, Grace Khunou, Allison Loconto, Susan McDaniel, Elina Oinas, Laura Oso Casas, Bandana Purkayastha, Rhoda Reddock, Mounir Saidani, Ayse Saktanber, Celi Scalón, Nazanin Shahrokni.

Editores Regionais

Mundo Árabe: (*Libano*) Sari Hanafi, (*Tunísia*) Fatima Radhouani.

Argentina: Magdalena Lemus, Juan Parcio, Dante Marchisio.

Bangladesh: Habibul Khondker, Khairul Chowdhury, Mohammad Jasim Uddin, Bijoy Krishna Banik, Abdur Rashid, Abu Ibrahim Huda, Mohammed Jahirul Islam, Sarker Sohel Rana, Eashrat Jahan Eyemoon, Helal Uddin, Yasmin Sultana, Saleh Al Mamun, Ekramul Kabir Rana, Farheen Akter Bhuian, Khadiza Khatun, Aysha Siddique Humaira, Arifur Rahaman, Istiaq Nur Muhit, Md. Shahin Aktar, Suraiya Akhter, Alamgir Kabir, Taslima Nasrin.

Brasil: Fabrício Maciel, Andreza Galli, José Guirado Neto, Jéssica Mazzini Mendes, Ricardo Nóbrega.

França/Espanha: Lola Busuttil.

Índia: Rashmi Jain, Manish Yadav, Rakesh Rana.

Irã: Reyhaneh Javadi, Niayesh Dolati, Elham Shushtarizade.

Cazaquistão: Aigul Zabirova, Bayan Smagambet, Adil Rodionov, Almash Tlespayeva, Kuanysh Tel, Almagul Mussina, Aknur Imankul, Madiyar Aldiyarov.

Polónia: Aleksandra Biernacka, Anna Turner, Joanna Bednarek, Marta Błaszczyńska, Urszula Jarecka.

Romênia: Raluca Popescu, Raisa-Gabriela Zamfirescu, George Bonea, Marina Dafta, Costin-Lucian Gheorghe, Alin Ionescu, Karina Ludu, Diana Moğa, Ramona-Cătălina Năstase, Bianca Pințoiu-Mihăilă.

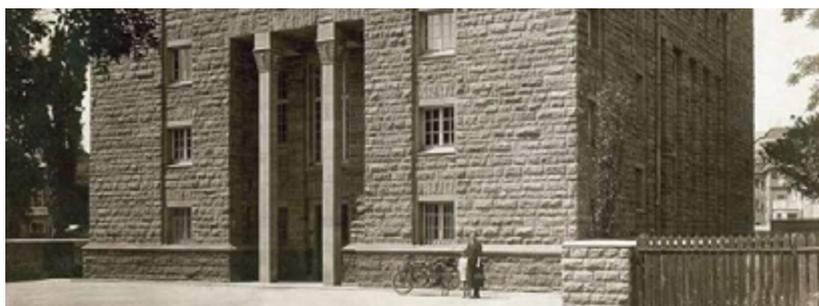
Rússia: Elena Zdravomyslova, Daria Kholodova.

Taiwan: Wan-Ju Lee, Tao-Yung Lu, Yi-Shuo Huang, Chien-Ying Chien, Mark Yi-wei Lai, Yun-Jou Lin, Yun-Hsuan Chou.

Turquia: Gül Çorbacioğlu, Irmak Evren.



Rita Segato, escritora, antropóloga e ativista feminista argentina, reflete sobre a colonialidade e outras questões cruciais, reforçando os diálogos do Sul Global.



O 100º aniversário do Instituto de Pesquisa Social e, por conseguinte, da chamada Escola de Frankfurt, é uma oportunidade para refletir sobre a **teoria crítica** historicamente e na atualidade.



A **transição sócio-ecológica**, que é agora um ponto central da agenda política e econômica, não pode ser reduzida à transição energética nem agravar ainda mais as desigualdades entre o Norte e o Sul globais.

Imagem da capa: Crédito: iStock, 2021.



Dialogo Global é possível graças a um generoso subsídio da **SAGE Publications**.

> Nesta edição

Editorial 2

> FALANDO DE SOCIOLOGIA

Para além da minoritização e da colonialidade: uma entrevista com Rita Segato

por Breno Bringel, Brasil/Espanha e Vitória Gonzalez, Brasil 5

> A ISA EM DESTAQUE

Homenagem à Izabela Barlinska: 40 anos dedicados à ISA

por Margaret Archer, Reino Unido, Michel Wieviorka, França, Michael Burawoy e Margaret Abraham, EUA, Sari Hanafi, Líbano, e Geoffrey Pleyers, Bélgica 8

Sociologia global: quatro transformações

por Geoffrey Pleyers, Bélgica 12

Homenagem pessoal para Margaret Archer (1943-2023)

por Martin Albrow, Reino Unido 15

> O MUNDO SEGUNDO A TEORIA CRÍTICA (E VICE-VERSA)

Teoria crítica e sociologia global: irmãs de armas?

por Stephan Lessenich, Alemanha 16

Colonialismo do algodão: uma reinterpretação pós-colonial do capitalismo

por Gurminder K. Bhambra, Reino Unido 18

A periferia contra-ataca: mundializando a experiência colonial

por Manuela Boatcă, Alemanha 20

Totalidade e exterioridade: categorias para uma teoria crítica decolonial

por Patricia Cipollitti Rodríguez, EUA 22

Indústria cultural: uma agenda (política) de pesquisa para a teoria crítica

por Bruna Della Torre de Carvalho Lima, Alemanha/Brasil 24

Rumo a uma teoria crítica da sociedade mundial

por Esteban Torres, Argentina 26

> DESCARBONIZAÇÃO E COLONIALISMO VERDE

O consenso da descarbonização

por Breno Bringel, Brasil/Espanha, e Maristella Svampa, Argentina 28

Transição energética no norte da África: colonialismo, espoliação e expropriação

por Hamza Hamouchène, Reino Unido/Argélia 32

Colonialismo verde e interno na África

por Nnimmo Bassey, Nigéria 35

Manifesto Sul-Sul por uma transição energética ecossocial

Artigo coletivo 38

> PERSPECTIVAS TEÓRICAS

A necessidade de uma teoria renovada da autoridade (e do autoritarismo)

por Kathya Araujo, Chile 41

> SEÇÃO ABERTA

A política do medo e o imaginário político autoritário

por Lara Sartorio Gonçalves, Brasil 44

As lutas pela água como resistência ao capitalismo neoliberal

por Madelaine Moore, Alemanha 47

“A sociologia global não pode permanecer enraizada em universidades e cânones ocidentais que se apresentaram como universais nem se limitar à crítica dessa sociologia ocidental”

Geoffrey Pleyers

> Para além da minoritização e da colonialidade:

uma entrevista com Rita Segato



Credito: Beto Monteiro / Secom UnB.

Rita Segato é uma prestigiada escritora, antropóloga e ativista feminista argentina. É professora emérita da Universidade de Brasília e recebeu, nos últimos anos, quase uma dezena de títulos *honoris causa* de universidades europeias e latino-americanas, além de diversos outros importantes prêmios. Entre eles, o Prêmio Frantz Fanon, da Associação Caribenha de Filosofia, pelo trabalho ao longo de sua vida (2021) e Personalidade Destacada da Cultura, da Câmara Municipal de Buenos Aires (2019). Ela também ocupa a Cátedra Rita Segato em “Pensamento Incômodo” na Universidade Nacional de San Martín e a Cátedra Aníbal Quijano no Museu Reina Sofía em Madri. Além de uma carreira acadêmica dis-

tinta e pesquisas inovadoras sobre diversos temas, como raça, etnia, nação, religião, gênero, violência e colonialidade, ela fez uma vasta contribuição aos direitos humanos. É coautora, por exemplo, da primeira proposta de ação afirmativa para garantir o ingresso de estudantes negros e indígenas no ensino superior no Brasil (1999). Ela também colaborou com várias organizações de mulheres na América Latina e é uma referência essencial para o movimento feminista. Ela recentemente publicou em inglês seu livro [The Critique of Coloniality](#) (Routledge, 2022). Em setembro de 2023, Rita Segato foi entrevistada por **Breno Bringel** e **Vitória Gonzalez**, editores da *Diálogo Global*.

Breno Bringel e Vitória Gonzalez (BB & VG): Seu trabalho e trajetória foram recentemente reconhecidos mundialmente. No entanto, acreditamos que nossos leitores de várias partes do mundo – como África, Ásia, Oriente Médio e até mesmo algumas regiões da Europa – ainda precisam conhecer seu trabalho. Como você acha que suas contribuições de pesquisa, principalmente voltadas para a América Latina, podem ser relevantes em outros contextos? Como elas podem contribuir para impulsionar os diálogos globais a partir do Sul Global?

Rita Segato (RS): Infelizmente, o principal centro de circulação de ideias ainda são os Estados Unidos. A filtragem do que vale a pena adquirir passa pelos EUA, e é a esse filtro que a maioria das comunidades acadêmicas recorre para ver o que vale a pena ler, o que foi endossado pela triagem do Norte Global. A validação vem de lá, e essa é uma das tarefas do império. Por outro lado, muito se fala sobre a circulação de ideias no universo do Sul Global. Sinto muito, mas não acredito neste autoconfinamento. Sinto-me mais próximo do magistral pensador peruano Aníbal Quijano, que dizia que, apesar de ser do Sul, não pensava no Sul ou para o Sul, mas para o mundo. A estrutura ainda colonial do mundo é um problema mundial, e a necessidade de considerá-la e aboli-la é também uma questão global.

Em relação ao meu trabalho, gostaria de poder conhecer mais autores africanos, caribenhos, asiáticos e do Oriente Médio pesquisando questões contemporâneas. A virtualidade abriu essa possibilidade, embora não tenha sido totalmente explorada, e ainda não é a mesma coisa que co-presença e co-corporalidade. Mas mesmo que pensemos em dialogar com autores das ex-colônias, devemos sempre fazê-lo com fidelidade à ideia de que estamos pensando e escrevendo para o mundo. Esse modo de pensar converge na minha crítica à minoritização, ou seja, na crítica ao lugar que o multiculturalismo dá aos “outros” em relação aos sujeitos ontologicamente plenos: mulheres, índios, negros, sexualidades dissidentes etc.

Na minha perspectiva, esse lugar de minoria política que pensa a partir de si mesmo, sobre si mesmo e para si mesmo deve ser destruído. Por exemplo, se as mulheres avançam em nossas propostas, se o patriarcado quebra e se decompõe, todas as torres de poder são desestabilizadas, e nossos antagonistas sabem muito bem disso. É pelo perigo que representamos que eles colocam seus rebanhos nas ruas repetindo bobagens como, por exemplo, que “gênero” – que é uma categoria analítica capaz de dar conta da variedade de construções culturais do que é um homem e uma mulher – é uma “ideologia”. Esses rebanhos colocados nas ruas para repetir palavras de ordem sem entendê-las são provas irrefutáveis do quanto as subestimadas “minorias” tocam e ameaçam a estrutura do mundo.

BB & VG: Se pudéssemos traduzir para todos os idiomas da nossa revista um de seus trabalhos que ainda não foi divulgado internacionalmente, qual você recomendaria? Por que?

RS: Essa é uma pergunta complicada. O autor nunca sabe. Também é complicado responder porque alguns dos meus textos abordam a opressão patriarcal, outros abordam a opressão racial e outros a diferença entre “política” e “o político” (em outras palavras, minha crítica à captura do político pelo Estado). Muitos ensaios estão agora na forma de entrevistas e até gravações em vídeo. Falo cada vez mais e escrevo cada vez menos devido aos efeitos da idade e da urgência de me fazer entender.

Mas no meu penúltimo livro, intitulado *Cenas de um pensamento incômodo*, publicado em 2022 em português e em 2023 em espanhol, existem dois textos menos conhecidos: ‘*Refundar o feminismo para refundar a política*’ e ‘*Nenhum patriarca-chefe fará a revolução: reflexões sobre as relações entre capitalismo e patriarcado*’. No meu livro mais recente, publicado em espanhol no Chile e intitulado *Expuesta a la muerte*, o breve prefácio ‘*Encomio de la Incertidumbre*’ expressa muito bem minhas ideias.”

Há também um livro que é a base de todos os desenvolvimentos subsequentes em meu pensamento. Embora as mais recentes tenham sido ou estejam sendo traduzidas para o inglês, alemão, francês, italiano, português e até grego, esta não teve a mesma sorte: *Las estructuras elementales de la violencia* (As estruturas elementares da violência). Nesta obra, um capítulo-chave, e uma plataforma para tudo o que pensei desde então, é “*La estructura de género y el mandato de violación*”.

À crítica ao multiculturalismo que mencionei acima, dediquei vários capítulos do meu livro *La nación y sus otros*, em particular, o capítulo “*Identidades políticas/alteridades históricas: uma crítica às certezas do pluralismo global*”. Além disso, nesse livro, antecipo uma crítica à “política”, que está se tornando centrípeta, interna, endogâmica e territorial no sentido de estar fechada em sua própria rede de pertencimento.

BB & VG: Seu trabalho apresenta muitas maneiras interessantes de explorar a relação entre gênero e colonialidade. Como enfrentar hoje esse mecanismo histórico que reforça o racismo, o colonialismo e a violência de gênero no contexto da ascensão da extrema-direita em todo o mundo?

RS: Por um lado, há uma reflexão sobre as conexões entre racismo, patriarcado e colonialidade. Esse é um tema. Por outro lado, há a questão das formações do fascismo contemporâneo. Se há uma estratégia, um método, poderíamos dizer, e uma estrutura que nos permite



identificar ideologias fascistas, é que todas elas se baseiam na construção de algum “outro” como inimigo. O fascismo precisa de um inimigo, de uma vítima sacrificial e de um bode expiatório para que o poder e seus aliados possam alcançar a coesão. O fascismo, então, se constrói criando o “outro”. Assim, pessoas racializadas, mulheres e dissidentes sexuais são presas fáceis para o papel desse “outro”. O legado da estrutura permanente da colonialidade torna disponível o que se chama de “inimigo comum da sociedade”. Isso é apenas um pequeno passo porque esse “outro” construído como uma ameaça já estava disponível. Demonizar mulheres racializadas e dissidentes sexuais é muito fácil; já estão sob suspeita devido ao efeito da estrutura colonial do mundo.

BB & VG: Por vários anos, pensamos que países que haviam experimentado processos de memória histórica e lutas de direitos humanos mais robustas, como a Argentina, estariam mais protegidos de retrocessos autoritários. No entanto, hoje, também vemos uma onda revisionista e, em alguns casos, negacionista na Argentina. Como a senhora avalia esse processo?

RS: Devemos considerar pelo menos dois aspectos da vida política argentina. Primeiro, a exterioridade da gestão estatal em relação aos administrados: o território e a vida das pessoas, estabelecidos desde a fundação de nossos Estados (o que chamo de ‘erro fundacional’, que estabelecerá a colonialidade permanente da gestão). Segundo, a distância entre ‘política’ (as ações e decisões derivadas da estrutura estatal, com partidos políticos, movimentos sociais organizados e as facções e interesses dentro deles, com a orientação de sua ação eminentemente centrípeta, intestinal, endogâmica) e ‘o político’ (que circula na sociedade, tece relações sociais e efetivamente orienta a história).

No caso da Argentina, o voto de direita parece ser um pedido de ‘reboot’ da política por iniciativa de setores da sociedade que reivindicam uma distribuição mais justa do protagonismo da história e que percebem a política como ativa apenas dentro dos labirintos partidários, abandonando os espaços onde as pessoas estão e passando a tratá-las como rebanhos disponíveis para serem liderados. Essa falta (ou expropriação) de protagonismo gera ressentimento, principalmente entre os jovens. Soma-se a isso a mensagem de que “você não existe; você não tem uma vida plena se não viver sob os holofotes da mídia”. Há um acúmulo de ressentimentos devido às promessas de democracia e modernidade que nunca foram cumpridas.

A democracia nunca deixou de ser um projeto de democracia. E a modernidade – igualdade de oportunidades, fraternidade, liberdade – também nunca deixou de ser um projeto de modernidade. Esse acúmulo de ressentimento e decepção é usado por forças políticas antidemocráticas. Portanto, mesmo esses “direitos” conquistados ao buscar justiça e julgamento para os responsáveis pelo genocídio argentino parecem distantes hoje. Eles são agora assunto de um Estado cuja gestão e configuração não envolvem as majorias, que não se sentem parte dele.”

BB & VG: Existe uma Internacional Feminista hoje em dia?

RS: A ideia de uma ‘Internacional’ é, sem dúvida, interessante porque aponta para um feminismo que atravessa fronteiras, se comunica e se une por meio de demandas e consignações compartilhadas. No entanto, corre o mesmo risco que a distância que mencionei anteriormente entre “o povo” e a “política”. Cúpulas de “especialistas” e ortodoxias podem ser criadas e prejudicar o movimento. O movimento feminista será pluralista, ou não será. Será por um mundo sem hegemonia, ou não será. Por causa do verticalismo do feminismo eurocêntrico, partes do movimento na África optaram por falar sobre “mulherismo” em vez de feminismo. São histórias muito diferentes, com estruturas de gênero, lutas e objetivos distintos moldados por essas diferenças. Quando vemos nossos problemas comuns pelo prisma das diferenças, uma internacional feminista pode alcançar o seu destino legítimo.

BB & VG: Uma última pergunta rápida: o que você acha que a sociologia global tem a aprender com os povos indígenas do nosso continente?

RS: Justamente uma política que não gera essa distância entre as cúpulas governantes e seus povos e uma política que pode imaginar um mundo plural sem objetificar a natureza e os corpos. Um “projeto histórico de vínculos” que está vivo e em tensão com o “projeto histórico das coisas”, sendo estes imaginários de felicidade muito diferentes. ■

> Homenagem à Izabela Barlinska: 40 anos dedicados à ISA

Pelos ex-presidentes da ISA **Margaret Archer**, **Michel Wieviorka**, **Michael Burawoy**, **Margaret Abraham**, e **Sari Hanafi**, e pelo atual presidente da ISA, **Geoffrey Pleyers**



Discurso de Izabela Barlinska na homenagem que lhe foi prestada no XX Congresso Mundial de Sociologia da ISA em Melbourne, 2023.

por **Margaret Archer (Presidenta da ISA 1986-1990)***

Há mais de 40 anos, o Comitê Executivo da Associação Internacional de Sociologia (ISA), reunido na Polônia, também encontrou Izabela pela primeira vez, mantendo-se digna no meio de flocos de neve flutuantes para nos receber. Como sobrinha de Magdalena Sokolowska, assumi que esta estudante de doutorado estava apenas ajudando nas providências locais. Como pode alguém estar tão enganado? Isso não era apenas uma pausa de uma semana em sua tese sobre Virginia Woolf, mas sim uma introdução a quatro décadas de trabalho para a ISA. Nos demos bem imediatamente; afinal, minha formação escolar me preparou para um diploma em literatura inglesa, mas eu me perguntei por vários anos se tínhamos feito o certo em encorajá-la a deixar a Polônia para a nômade ISA.

A única pessoa sem hesitações foi Tom Bottomore, ex-secretário executivo, antes de se tornar presidente da ISA, que muito cedo reconheceu os talentos administrativos e organizacionais de Izabela enquanto o Secretariado estava sediado em Bruxelas. Ele se tornou seu apoiador e amigo vitalício, como um dos raros homens na época que não viam contradição entre ser mulher e ser profissionalmente competente. Ambas fomos beneficiárias de sua 'iluminação'! Bruxelas não seria a última parada, e planos estavam em andamento para transferir o Secretariado para a Espanha (1987). Essa foi uma mudança desafiadora, já que o entendimento da ISA sobre o fornecimento de uma base para o Secretariado se viu envolvido em um conflito com um novo Centro de Pesquisa, que reivindicou o mesmo alojamento em Madrid. Lem-

>>

bro-me de algumas ‘negociações’ envolvendo o abrigo de uma mesa verdadeiramente enorme e dos protestos da ISA ao Ministério da Educação.

Quando escrevo sobre ‘o Secretariado’, na verdade, em 1987, isso significava apenas Izabela, que pouco falava de espanhol, tinha um imenso talento em estabelecer contatos, mas conhecia alguns colegas em Madrid, e tinha apenas seu bom senso para contar no que diz respeito ao mercado imobiliário local. Sua resiliência era notável. Rapidamente conquistou o apoio da Associação Profissional para resolver o problema de acomodação, mostrou seu talento em consolidar uma nova equipe de trabalho, tornou-se rapidamente fluente em espanhol e adquiriu um apartamento no último andar, o que é difícil de acreditar, e que visitei pela última vez para compartilhar uma bebida enquanto o sol se punha sobre Madrid.

Como o Comitê Executivo realizava sua reunião anual em uma cidade diferente a cada ano, Izabela e eu viajamos juntos e nos globalizamos antes que o termo existisse. Nossa colaboração se intensificou quando me tornei presidente, e só então percebi o quão extensas eram suas responsabilidades. Desde a criação de uma nova revista (*Sociologia Internacional*) – introduzindo tardiamente o espanhol como terceira língua oficial – e o enfrentamento da proliferação

de Comitês de Pesquisa, até o protocolo de boas-vindas ao Rei e à Rainha no Congresso Mundial (1990) – todas essas tarefas impactaram seu trabalho e foram facilmente incorporadas em sua carga administrativa.

Mais tarde, Izabela voltou ao seu objetivo inicial de concluir um doutorado, mas desta vez dedicado ao movimento Solidariedade na Polônia e mais tarde publicado em espanhol e polonês. Sempre mantivemos contato. Durante muitos anos, tentamos tirar uma semana de férias em algum lugar (muitas vezes com Céline Saint-Pierre). Finalmente, quando me tornei professora visitante na Universidade de Navarra, Pamplona, foi delicioso voar para dentro e para fora de Madri e passar alguns dias com ela – comprando almofadas, visitando os museus de arte e abrindo outra garrafa de vinho em seu jardim no telhado. Izabela enriqueceu todos os membros da ISA de hoje, inclusive aqueles que nunca tiveram o privilégio de conhecê-la. Que ela ache seu retorno à Polônia acolhedor e gratificante. ■

* Margaret Archer escreveu isso em 2 de abril de 2023, um mês antes de falecer (veja o obituário nesta edição da Diálogo Global).

por **Michel Wiewiorka (Presidente da ISA 2006-2010)**

ISA... IZABELA: É, a ISA tem sido “Bella” com a IZAbela. Tendo feito parte da ISA desde 1982 (México!) e tendo trabalhado de perto com ela quando eu era presidente, posso dizer que nossa associação não teria sido o que tem sido até agora sem ela.

Ela sempre foi incrivelmente eficiente e maravilhosamente amigável. Consciente de nossa vida intelectual e científica, parte dela, e excelente em questões adminis-

trativas. Realmente global e internacional, e tão polonesa – no lado positivo da vida política e social polonesa. Presente quando necessário ou útil, mas sem excessos. Sabendo de tudo e conhecendo tantas pessoas entre nós, mas sem nunca interferir. Deixe-me acrescentar uma palavra em francês: Izabela é mais do que uma figura crítica da ISA. Ela é uma pessoa elegante; ela tem ‘la classe’, ‘la grande classe’. Desejo a ela tudo de melhor em sua nova vida. ■

por **Michael Burawoy (Presidente da ISA 2010-2014)**

Izabela Barlinska dedicou-se ao florescimento da ISA e, com isso, tornou-se uma grande contribuinte para o desenvolvimento da sociologia internacional e, mais recentemente, da sociologia global. É muito triste saber do falecimento de Margaret Archer, pois ela foi mais uma colaboradora deste projeto, trabalhando em estreita colaboração com Izabela nos anos cruciais em que a ISA estava sendo criado em Madri. De todos os presidentes, ela conhecia melhor Izabela. Sua homenagem à Izabela foi provavelmente uma das últimas coisas que ela escreveu.

Margareth Archer conta como Izabela foi recrutada pela tia para receber o Comitê Executivo em Varsóvia, em 1977, quando Izabela ainda era estudante. Isso foi quatro anos antes de Izabela se envolver profundamente no Movimento Solidariedade. Quando a Lei Marcial foi declarada naquele fatídico dia, em dezembro de 1981, a direção clandestina do Solidariedade incentivou Izabela a assumir um cargo de convite no gabinete da ISA. A liderança pensou que sua presença na Europa Ocidental poderia fornecer um elo importante entre a oposição na Polônia e aqueles no exílio. Para ser claro, Izabela não



estava fugindo de seu país; ela não buscava asilo no Ocidente. Isso nunca lhe ocorreu. Ela era uma cidadã leal da Polônia, fazendo o que podia para apoiar as forças democráticas na Polônia – um estudo sobre a vida de Izabela é especialmente apropriado para o tema do Congresso deste ano, dedicado à política antiautoritária.

Embora nunca tenha gostado de ostentar seu conhecimento e *expertise*, vale lembrar que Izabela é socióloga. Enquanto dirigia a ISA, escreveu sua tese de doutorado na Universidade Complutense de Madri, sob a orientação do professor Víctor Pérez-Díaz. Trata-se de um estudo da vida cotidiana sob a égide da Solidariedade Polonesa e da Lei Marcial, situada no caráter mutável da oposição ao Estado partidário. A dissertação foi publicada em espanhol sob o título [La sociedad civil en Polonia y Solidaridad](#) (“A sociedade civil na Polônia e Solidariedade”). Embora ela não soubesse na época, ela mostra como este foi o início do fim da ordem soviética. É um lembrete essencial de que as lutas contra o autoritarismo podem não ser bem-sucedidas no curto prazo. Ainda assim, podem ter efeitos a longo prazo.

Mas me afasto do meu tema – Izabela e sua contribuição para a ISA. Faço eco dos sentimentos de Michel Wieviorka e Margaret Abraham – ela tem sido o pilar da ISA. Não esqueçamos que, quando iniciou sua associação com a ISA, em 1977, havia apenas 1.000 membros. Quando ela se tornou secretária executiva, em 1987, havia apenas 2.000 membros, em comparação com o número antes da COVID, superior a 5.000 membros. O número de Comitês de Pesquisa e membros da Associação Nacional tem se expandido a uma taxa exponencial semelhante à participação nos Congressos. Ela supervisionou a introdução do Fórum semestral. Ao longo desses 40 anos, desde seu pequeno escritório na Universidade Complutense, Izabela guiou a ISA por uma tremenda transformação tecnológica. De alguma

forma, ela conseguiu manter a máquina funcionando – com a ajuda dos trabalhadores de meio período Nacho, Juan e Lola. Não esqueçamos que, hoje, a Associação Americana de Sociologia apenas duplicou o número de membros da ISA, mas é servida por 23 funcionários em tempo integral! Sejam claros: a saúde financeira da ISA dependeu da energia, dedicação e genialidade organizacional de Izabela Barlinska.

Como secretária executiva, ela negociou com sucesso essa organização terrivelmente conflituosa – uma mini ONU – apenas porque ela se manteve fora da política da ISA. Ela mantém seus pensamentos para si mesma nas reuniões da CE, mesmo sob a mais intensa provocação. Seu objetivo sempre foi apoiar a máquina da ISA, promovendo inovações importantes como os seminários regionais de Wallerstein, o Laboratório de Doutorado de Martinelli ou a nova revista de Archer, *a Sociologia Internacional*.

O CE toma as decisões, e Izabela as executa da melhor forma possível. E ela não é de se furtar a nenhum trabalho. Ainda me lembro dela trabalhando ininterruptamente para atender às longas filas para se inscrever no Congresso da ISA em Durban. Ela sempre esteve nas trincheiras e na linha de frente das reuniões da ISA, assim como manteve o funcionamento da ISA nos bastidores entre as reuniões. Foi ela quem lidou com as muitas crises que enfrentamos – seja mudando uma conferência de um local no mundo para outro, fechando peremptoriamente nosso escritório, negociando espaço para o Congresso ou Fórum etc. Ela teve que garantir que a ISA não tivesse prejuízo financeiro ao supervisionar o orçamento. Em comparação com outras organizações internacionais das ciências sociais, a ISA tem uma longa e próspera história – e todos nós devemos a Izabela uma enorme dívida. Desejo-lhe as maiores felicidades à medida que avança para a sua nova carreira na Polônia. ■

por **Margaret Abraham (Presidente da ISA 2014-2018)**

Tive a sorte de conhecer a Dra. Izabela Barlinska por mais de três décadas. Estou profundamente grata por ter tido o privilégio de trabalhar em estreita colaboração com ela. Izabela, sua incrível calma na crise, capacidade multilíngue, memória institucional e atenção a todas as facetas das operações da ISA foram inestimáveis. Tendo trabalhado em estreita colaboração com você, especialmente durante meu mandato como Vice-Presidente de Pesquisa da ISA e como Presidenta da ISA, posso afirmar que seu tremendo apoio contribuiu para o sucesso do II Fórum ISA em Buenos Aires e do XIX Congresso Mundial da ISA em Toronto. Sei que o que

todos nós conquistamos não poderia ter sido feito sem o comprometimento, a competência, o profissionalismo e a colaboração de você e de sua equipe. Como feminista, também sou grata por ter tido uma mulher tão incrível e socióloga profissional altamente qualificada à frente do secretariado da ISA, contribuindo com visão e pragmatismo para garantir o bem comum da comunidade sociológica global e continuar a vitalidade organizacional da ISA. A ISA é uma associação notável, e fico feliz que você, Izabela, tenha sido parte integrante da fantástica jornada dessa associação. Então, eu saúdo e abraço você com um enorme e sincero obrigado! ■

por **Sari Hanafi (Presidente da ISA 2018-2023)**

Depois de todos esses depoimentos, fico sem palavras. No entanto, a diferença com todos esses depoimentos é que eu conheci Izabela Barlinska muito mais cedo na minha carreira do que todos esses ex-presidentes. Foi quando eu era doutorando e um dos vencedores do Concurso Mundial para Jovens Sociólogos no Congresso de Bielefeld em 1990. Sua bondade me impressionou ao responder pacientemente a muitas de minhas perguntas. Algumas delas foram estúpidas, pois foi a primeira vez que participei de uma grande conferência.

Desde então, tenho estado em estreito contato com ela como membro da Comissão Executiva, Vice-Presidente de Associações Nacionais e, mais recentemente, como Presidente da ISA. Ela nunca relutou em me dar conselhos sábios quando eu os solicitei. Confesso que nem sempre a acompanhei, mas, para seu crédito, isso não a incomodou. De qualquer forma, não me lembro de Izabela ter ficado excessivamente irritada. Mesmo em discussões acaloradas, invejei sua calma. Ela pode reagir depois de considerar com calma assuntos controversos.

Frequentemente, eu gostava das minhas conversas com ela fora das reuniões. Raramente focamos a respeito de colegas. Em vez disso, falamos do Líbano, Palestina, Polônia, sociologia, artes, literatura etc. Como uma pessoa cosmopolita, ela tem uma grande cultura geral. Durante a COVID-19, tivemos muitas reuniões online com vice-presidentes, comitês executivos e outros comitês. Ela frequentemente não indicava sua disponibilidade em uma agenda (*doodle*), pois sempre se ajustava ao melhor horário para a maioria dos participantes da reunião. A certa altura, fiquei constrangido porque, às vezes, isso era de manhã cedo ou tarde da noite.

Izabela tem a memória da ISA, então ela sabe o que normalmente funcionaria e qual seria a reação da comunidade sociológica a algumas decisões do Comitê Executivo da ISA. Izabela, planejamos caminhar juntos em uma montanha um dia. Estou mais ansioso para fazer isso agora para manter nossa amizade além da ISA. Obrigada, Izabela, por tudo que você fez pela ISA nos últimos 40 anos. A ISA lhe deve muito... ■

por **Geoffrey Pleyers (Presidente da ISA 2023-2027)**

Os sucessivos presidentes da ISA nos lembraram das múltiplas maneiras pelas quais Izabela Barlinska desempenhou um papel crucial na história da ISA nas últimas quatro décadas. Como Vice-Presidente de Pesquisa da ISA, tive o privilégio de testemunhar sua dedicação, incluindo uma de suas últimas realizações: preparar a transição e treinar nossa nova Secretária Executiva. Ela conseguiu isso de seu jeito discreto característico e com eficiência e amor pela ISA. Ao fazê-lo, deu-nos a todos uma lição, não por um longo discurso, mas por práticas concretas. Ela lembra que a ISA vale muita dedicação e é mais importante do que ninguém. Gostaria que todos os líderes da nossa associação e do mundo tivessem essa dedicação e estivessem dispostos a preparar a próxima geração com muita sabedoria, compromisso e amor por sua organização.

Izabela Barlinska moldou a ISA como ninguém. Ela tem sido o rosto e a voz da ISA para milhares de sociólogos e uma referência para quem tinha dúvida de como lidar com uma questão em nível de Comitê de Pesquisa ou no Comitê Executivo. Herdamos uma associação extraordinária capaz de defender e desenvolver a sociologia em todos os continentes. Temos que manter os altos padrões estabelecidos pela Izabela e desenvolver os novos projetos com base nisso. A ISA é a sua associação. Foi a sua casa durante quase quatro décadas, e assim permanecerá. Vamos garantir que ela encontre seu espaço na ISA nos próximos anos e décadas, e todos esperamos vê-la novamente nos fóruns e eventos da ISA. ■

Para saber mais sobre Izabela Barlinska, a Diálogo Global recomenda a leitura da entrevista com ela, conduzida por Michael Burawoy e publicada em 2012 em duas partes: [Parte I](#) & [Parte II](#).

> Sociologia Global: Quatro transformações

por **Geoffrey Pleyers**, FNRS e Universidade Católica de Louvain, Bélgica, e Presidente da ISA (2023-2027)



| Imagem criada a partir de macrovetor de imagem da Freepik.

Discurso do Novo Presidente, XX Congresso Mundial de Sociologia, Melbourne, 1º de julho de 2023

Enquanto a sociologia visa compreender as transformações do nosso mundo, nossa disciplina também é afetada e ela mesma transformada por elas. É o caso, notadamente, do projeto de *sociologia global*, que precisa ser revisitado considerando as transformações pelas quais nosso mundo passou nas últimas décadas. Comecei a estudar globalização no final dos anos 1990. Até então, era um tema central na sociologia. “Sociologia para Um Mundo” já foi tema do Congresso Mundial da ISA, em 1990. Trinta e três anos depois, os desafios globais tornaram-se ainda mais críticos. Nosso mundo tem se tornado cada vez mais “global”. No entanto, a forma como vemos o mundo, a globalização e a sociologia mudaram drasticamente. Neste breve discurso, gostaria de mencionar brevemente quatro dessas mudanças, por que elas exigem a renovação do projeto de uma sociologia global e o que elas significaram para a ISA.

> Novas ferramentas para comunicações e conexões

Uma das mudanças mais drásticas desde a década de 1990 é o uso massivo de “novas tecnologias de informação e comunicação”. A Internet e o mundo cibernético haviam acabado de começar na década de 1990, mas a conectividade logo foi considerada fundante para uma era de globalização intensificada (Castells, 1996). Hoje em dia, as mídias e tecnologias digitais tornaram-se uma parte importante da vida da maioria dos seres humanos. Elas mudaram drasticamente a forma como nos comunicamos, nos informamos e vivemos juntos. Transformaram profundamente o espaço público em regimes democráticos, iliberais e autoritários, de modo similar.

As tecnologias de comunicação digital trouxeram desafios e oportunidades para a ISA e para a sociologia global. As comunicações digitais fornecem ferramentas

>>

para tornar visíveis análises sociológicas de diferentes regiões do mundo e para alcançar públicos mais amplos entre cidadãos e formuladores de políticas. A ISA organizou o primeiro grande congresso online em ciências sociais durante a pandemia, com a participação de mais de 3.500 pesquisadores. Hoje, as mídias sociais da ISA mantêm nossa comunidade viva e informada diariamente. As reuniões online também têm permitido dinâmicas mais participativas na ISA, notadamente por meio das reuniões online do Conselho de Pesquisa.

> Um planeta limitado

O desastre climático e uma crescente consciência ecológica alteraram drasticamente o significado e a experiência de nossa globalidade. Na década de 1990, a ‘globalização’ se referia à expansão do modelo ocidental de mercado e democracia formal em um mundo reunificado após a Guerra Fria e que parecia ilimitado. Hoje em dia, as questões centrais da sociologia global assumiram uma nova forma com o colapso climático e a destruição da natureza.

“Como podemos viver juntos em um planeta limitado?” Essa é, sem dúvida, a pergunta mais importante que a sociologia deve abordar no século XXI. Ecologia e questões ambientais são mais do que objetos específicos para a sociologia: elas se entrelaçam com todos os objetos e campos de pesquisa e se tornaram uma questão central para a sociologia. Elas transformarão nossa disciplina e o que se espera da sociologia e dos sociólogos. Este será um tópico central na ISA nos próximos quatro anos.”

> Autoritarismo crescente em vez da expansão da democracia

Na década de 1990, a maioria dos intelectuais, formuladores de políticas e atores da sociedade civil compartilhava a convicção, ou pelo menos a esperança, de que a intensificação da globalização e da interconexão possibilitada pela Internet implicaria a expansão da democracia e o respeito aos direitos humanos.

Um quarto de século depois, o tema escolhido para o Congresso Mundial de 2023 foi “Autoritarismo ressurgente”. Infelizmente, esta foi uma excelente e oportuna escolha de Sari Hanafi. As esperanças de novas ondas de democratização, que haviam ressurgido com a Primavera Árabe, desapareceram na década seguinte. Regimes iliberais e autoritários se fortaleceram em todos os continentes. Eles aprenderam maneiras eficientes de usar as mídias sociais e as tecnologias de comunicação para controlar seu povo, orientar eleições em outros países e projetar suas narrativas e modelo de regime globalmente.

Sociólogos e cientistas sociais têm dedicado uma grande quantidade de pesquisas a regimes e atores autoritários e a movimentos que ameaçam a democracia; e que, muitas vezes, também ameaçam os sociólogos. A liberdade de pesquisa tem sido desafiada em muitos países, seja pelo aumento do controle estatal, seja pela mul-

tiplicação de ameaças por atores de extrema direita ou milícias paramilitares. Em nossos tempos, uma sociologia global requer atenção e apoio especiais para os sociólogos que enfrentam ameaças durante a realização de suas pesquisas. Em 25 de janeiro de 2016, Giulio Regeni, um jovem sociólogo italiano e membro da ISA RC47, foi preso e assassinado pela polícia egípcia enquanto pesquisava sindicatos independentes no Cairo. O nosso Fórum de 2021 começou com uma homenagem a Marielle Franco, uma socióloga, política local e ativista contra a violência estatal, que foi assassinada por gangues no Rio de Janeiro em 14 de março de 2018. Uma das contribuições mais perspicazes para o Fórum ISA 2021 foi escrita na prisão de Ancara por Cihan Erdal, um estudante de doutorado da Universidade Carleton, que foi preso enquanto realizava trabalho de campo em Istambul.

> A ascensão do Sul Global

Na década de 1990, a globalização foi associada à ocidentalização, expandindo a economia de mercado ocidental, a cultura, o modo de vida e a visão de mundo. No século XXI, a globalização refere-se à ascensão de atores e países de diferentes regiões do mundo. A mídia global se concentra em sua ascensão como atores econômicos e geopolíticos. Seu papel crescente como produtores de conhecimento é pelo menos igualmente significativo.

Poucas disciplinas foram tão impactadas por essa ascensão quanto a sociologia. As conexões e diálogos mais profundos entre sociólogos de diferentes continentes, a difusão mais ampla de trabalhos inovadores de estudiosos do Sul Global e novas perspectivas sobre as histórias e a geografia de nossa disciplina viraram o significado de “sociologia global” de cabeça para baixo. Na década de 1990, a literatura de sociologia global era inteiramente dominada por estudiosos ocidentais. O Sul Global e o “Oriente” eram frequentemente vistos como locais de pesquisa empírica alimentada por conceitos ocidentais. Atualmente, o cerne da sociologia global está em tornar visíveis as contribuições de estudiosos e atores do Sul Global e desafiar a hegemonia do conhecimento eurocêntrico. Teorias, conceitos e análises de estudiosos do Sul Global têm nos ajudado a compreender os desafios sociais tanto no Sul Global quanto no Norte Global. Eles transformaram a maneira como vemos conceitos tão cruciais como modernidade, desigualdades e justiça ambiental. Eles mostraram diferentes maneiras de se relacionar com a natureza, com o mundo e com nós mesmos.

Ao contrário do que afirmam alguns de seus detratores, as perspectivas decolonial, subalterna ou pós-colonial não concentram suas propostas epistêmicas em apagar as contribuições da “sociologia ocidental” para iniciar uma “sociologia decolonial”. Como acontece com o conhecimento produzido em qualquer outra parte do mundo, a sociologia europeia e norte-americana deve situar-se em seu tempo e lugar, questionada em algumas de suas pretensões ao universalismo, e desenvolver-se em um diálogo global renovado com conceitos, visões de mundo e teorias do Sul Global.



A sociologia global não pode permanecer enraizada nas universidades e cânones ocidentais que se apresentavam como universais nem se limitar à crítica dessa sociologia ocidental.

Perspectivas decoloniais, pós-coloniais e subalternas nos convidam a situar teorias sociais e revisitar alguns dos conceitos-chave de nossa disciplina em diálogo com realidades e conhecimentos enraizados em diferentes partes do mundo. Abrir espaços de diálogo entre pesquisadores e abordagens de diferentes continentes e promover uma melhor inclusão de epistemologias e estudiosos do Sul Global e de minorias oprimidas tem sido um dos principais objetivos da ISA desde sua fundação; sobretudo a partir dos anos 1990 e dos projetos desenvolvidos por Immanuel Wallerstein.

Incluir de forma mais abrangente sociólogos, pesquisadoras, análises e teorias de todos os continentes não é apenas uma questão de democratizar a sociologia, é também um dos caminhos mais perspicazes para aprimorar nossa compreensão das realidades e dos atores sociais. Portanto, devemos fazer muito mais do que aumentar a adesão à ISA no Sul Global. Precisamos promover a participação ativa desses colegas e seu pleno envolvimento na ISA, em nossos Comitês de Pesquisa, em nossos eventos e em nossos projetos; e apoiar suas Associações Nacionais.

> **Abertura e cuidado**

A sociologia global não é apenas um projeto teórico, um conjunto de debates epistemológicos e alguns desafios metodológicos. É também uma postura ao mesmo tempo sociológica, cultural e pessoal.

A sociologia global após — e com — a virada decolonial começa com uma abertura a perspectivas enraizadas em diferentes visões de mundo, culturas e origens sociais. Baseia-se na aceitação de se expor ao risco (e à esperança) de perder algumas de suas certezas e aprender com o encontro com o outro. É fundamentada no compromisso - e no prazer - de ler e conhecer pessoas de diferentes continentes, na abertura para olhar nossos objetos de pesquisa de diferentes pontos de vista, entendê-los de maneiras diferentes e talvez compreender a nós mesmos e nosso lugar no mundo de maneira diferente.

Pesquisas e teorias perspicazes de diferentes partes do mundo, diálogos tolerantes entre abordagens e análises situadas e disposição para aprender uns com os outros são componentes cruciais de uma sociologia global renovada.

Implementar espaços que estimulem diálogos interculturais nos quais possamos compartilhar nossos resultados de pesquisa e perspectivas em um ambiente solidário é o principal papel da ISA. Cumpri-lo requer mais do que intenções, discursos e análises. Também requer práticas de abertura, tolerância e cuidado uns com os outros, particularmente em um ambiente internacional e multicultural.

Permitam-me dar-lhes um exemplo concreto. Há alguns meses, frequentei o Laboratório de Doutorado da ISA. Uma das participantes chegou exausta de uma longa e estressante viagem da Palestina. Durante o jantar, ela teve um ataque de pânico depois de ser interrogada nas fronteiras por tanto tempo. Dois ou três outros participantes discretamente a levaram para outra mesa, a ouviram e a apoiaram. Uma jovem pesquisadora de doutorado tomou a iniciativa de reservar um quarto em um hotel próximo, cuidou dela durante a noite e garantiu que ela tivesse uma noite de repouso. Às nove da manhã, ambos estavam de volta com o grupo para a sessão de abertura, prontos para o que ambos experimentaríamos como uma semana perspicaz de aprendizado e intercâmbio com colegas doutorandos e pesquisadores de todos os continentes. Foi feito de uma forma tão gentil e discreta que eu nem percebi naquela noite. No entanto, esse tipo de ação concreta nos ensina que cuidar uns dos outros é parte indispensável do desenvolvimento de uma sociologia global.

Embora permaneça praticamente invisível, esse cuidado e solidariedade na ação é crucial para a ISA. O exemplo a que me referi também nos mostra que a ISA e a sociologia global não estão acontecendo apenas em nossos grandes encontros e congressos. A ISA se materializa em encontros interculturais, intercâmbios entre sociólogos de diferentes continentes, abertura a perspectivas e pesquisas de diferentes regiões do mundo, e em práticas de cuidado que nos permitem compartilhá-las em um ambiente de apoio. Desenvolver essa sociologia global enraizada na abertura às perspectivas dos outros e nas práticas de cuidado é ainda mais importante em um momento de crescente autoritarismo, nacionalismos, desigualdades e colapso ambiental.

À medida que o XX Congresso Mundial de Sociologia está chegando ao fim, vamos levar um pouco dessa ISA conosco e implementar essa abertura ao diálogo global e esse cuidado com o outro em nossas práticas. Construamos juntos uma sociologia renovada, mais aberta e global, começando por onde atuamos em nossa vida cotidiana como sociólogos, como pesquisadores, como professores, como cidadãos e como seres humanos.

O grande desafio de nossos tempos é o surgimento progressivo de uma consciência global que nos permitirá enfrentar coletivamente os desafios comuns que temos à nossa frente, começando pelo aquecimento global, a crise ambiental, o aumento das desigualdades e as ameaças à democracia. Se estivermos à altura da tarefa, a sociologia contribuirá para essa consciência planetária e desempenhará um papel na resolução de alguns dos desafios deste século. ■

Contato com Geoffrey Pleyers <Geoffrey.Pleyers@uclouvain.be>
Twitter: [@GeoffreyPleyers](https://twitter.com/GeoffreyPleyers)

Publicações relacionadas de Geoffry Pleyers:

[Sociologia Global como um Diálogo Global Renovado](#), *Diálogo Global*, 13.1, abril de 2023.

[For a global sociology of social movements. Beyond methodological globalism and extractivism. Globalizations](#), 2023.

> Homenagem pessoal para Margaret Archer (1943-2023)

por **Martin Albrow**, Londres, Reino Unido



Credito: Manuel Castells Clemente / Universidade de Navarra.

É tão triste saber do falecimento de Maggie! Nós nos conhecíamos há muito tempo. Nós nos conhecemos em 1966 como professores no recém-criado departamento de sociologia da Universidade de Reading, Reino Unido. Aos 23 anos, ela concluiu seu doutorado sobre as aspirações educacionais dos pais da classe trabalhadora inglesa e seus efeitos em seus filhos na Escola de Economia e Ciência Política de Londres sobre. Cinco anos mais velho que ela, eu nem tinha terminado o mestrado lá. Talvez eu tenha me assustado! Segui em frente, deixando-a lidar com um professor louco pelos próximos sete anos. Ela ainda publicou quatorze artigos e depois se mudou para Warwick, onde passou a maior parte de sua carreira. Mantivemos contato.

Ela era uma trabalhadora prodigiosa, inteiramente focada na sociologia, avançando-a como uma disciplina em vez de sua própria carreira. Não tentarei analisar profundamente sua contribuição intelectual central para o campo, muitos outros farão isso, mas prestarei minha

homenagem ao trabalho que fizemos juntos para a Associação Internacional de Sociologia. Por sua iniciativa como a então presidente do Comitê de Publicação da ISA, ela me procurou para ajudar a fundar uma nova revista. Ela iria se chamar *Sociologia Internacional* e contrariar o que ambos considerávamos ser o foco indevidamente nacional das grandes revistas: mesmo quando ostensivamente abertas a todos, ainda exigiam que todas as submissões fossem em inglês. Mas, precipitadamente, dissemos que providenciáramos tradução a partir de qualquer idioma! Fizemos isso, inclusive e especialmente o chinês.

Nosso primeiro número saiu em 1986, com um Prefácio de Fernando Cardoso, Presidente da ISA, ainda não do Brasil! Seus seis artigos vieram da Polônia, Índia, Noruega, Bulgária e Estados Unidos (2). Missão cumprida! Então pensamos, mas cedo demais, já que os arranjos editoriais originais entraram em colapso junto com minha instituição em Cardiff. Aí começou um período árduo de negociações antes de a Sage intervir para consolidar a reputação duradoura da revista. Maggie foi criativa e comprometida durante todo o processo e mereceu, sem dúvidas, tornar-se a próxima Presidente da ISA.

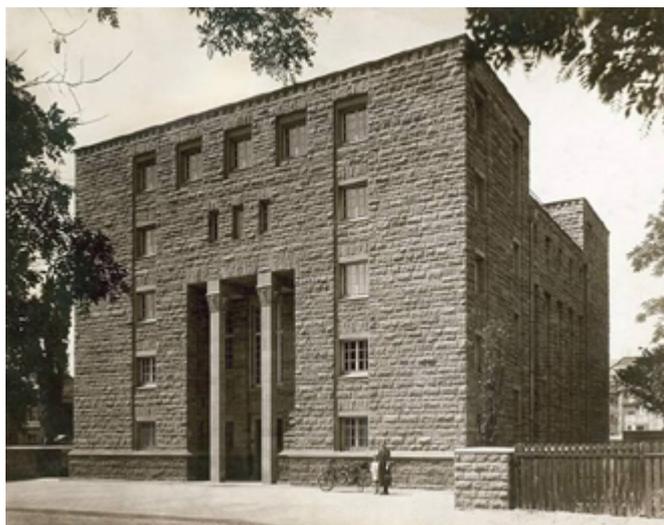
Ela foi, de fato, uma motivadora notável e sempre conseguiu mobilizar o talento necessário para a ocasião. Minha última experiência com suas habilidades a respeito disso foi em uma reunião da Pontifícia Academia de Ciências Sociais, da qual se tornou presidente em 2014. Uma lembrança duradoura é vê-la presidindo uma reunião que incluiu Bernie Sanders e Jeffrey Sachs.

Mas coroando todas as minhas imagens dela está a da cerimônia de abertura do Congresso Mundial de Sociologia, em Madri, em 1990. Aqueles 4.000 delegados que puderam se espremer no vasto auditório esperavam os convidados mais ilustres ornarem o palco. Eles entraram: a Rainha da Espanha, Maggie e o Rei, nessa ordem. Ela, a então presidente da ISA, esplêndida e imponente, vestida de branco como de costume, acenou para a plateia. Ela era um fenômeno, um talento único, que ninguém deveria esperar imitar. Ela apoiava todos ao seu redor, mas nunca esperava que eles fossem outros além de si mesmos. Sociólogos de todo o mundo sentirão muita falta de sua pessoa. Mas sua contribuição para a disciplina continuará viva por muito tempo. ■

26 de junho de 2023

> Teoria crítica e sociologia global: irmãs de armas?

por **Stephan Lessenich**, Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, Alemanha



Instituto de Pesquisa Social Frankfurt, am Main, em 1920.

O 100º aniversário do Instituto de Pesquisa Social e, portanto, da assim chamada Escola de Frankfurt, é o momento de perguntar por que o estilo da Teoria Crítica de *Frankfurt* perdeu fôlego – e quando o fez. Muitas vezes, a virada comunicativa da Teoria Crítica, conforme elaborada por Jürgen Habermas no início dos anos 1980, é vista como sua conjuntura crítica. O movimento de Habermas não apenas pavimentou caminho para a efetiva desmaterialização do pensamento teórico-crítico, mas relegou a análise de classe e as lógicas da reprodução capitalista a segundo plano, senão a suas margens. Além disso, o foco de Habermas em uma crítica imanente à democracia liberal direcionou a segunda geração da Teoria Crítica para uma insistência na realização política do “projeto inacabado” da modernidade, com a União Europeia se tornando o principal objeto do desejo normativo e o potencial exemplo de um projeto social-democrata da sociedade pós-nacional pós-moderna.

> A Teoria Crítica Eurocêntrica negligenciou a globalização

Nesse contexto, não parece exagero afirmar que a Teoria Crítica de alguma forma negligenciou a globalização.

Pelo menos no mainstream habermasiano, prendeu-se a um certo eurocentrismo, ou mesmo ocidentalismo, que já havia definido a maioria de seus representantes da primeira geração. Após a Primeira Guerra Mundial, a incipiente Teoria Crítica foi impulsionada pelo enigma de uma revolução fracassada (ou ausente) da classe trabalhadora contra a dominação capitalista na Europa Ocidental; a partir do início da década de 1930, surgiu a pergunta sobre as bases materiais e psicossociais do fascismo e a ascensão do Nacional Socialismo. Após 1945, e por mais de duas décadas (até o movimento estudantil do final dos anos 1960), a questão central era se a democracia poderia se estabelecer de forma mais substancial na Alemanha pós-fascista (ou, indo além dessa pergunta específica, qual seria o potencial de emancipação social depois que a razão se transformou em mito e destruição). Então, desde o início e ao longo de sua história, e a despeito de um interlúdio nos EUA de quase duas décadas, a Teoria Crítica teve uma forte feição europeia, e a manteve até hoje. Investigar os paradoxos normativos da modernização capitalista, como o Instituto de Pesquisa Social alegou fazer desde o início do século XXI, pode ser considerado um reflexo desse viés estrutural: novamente, a agenda científica (e política) concentrou-se em torno de uma crítica imanente à modernidade ocidental, acusada de ter convertido a individualização e autodeterminação de uma promessa emancipatória em uma demanda institucional.

Da perspectiva do restante do mundo (capitalista), uma agenda de pesquisa como essa obviamente parece estranha e autorreferencial. Nos últimos cem anos, e em quase todas as suas variantes clássicas e contemporâneas, tanto o colonialismo e domínio imperial ocidentais, por um lado, quanto a história da descolonização e da pós-colonialidade, por outro, têm estado conspicuamente ausentes da Teoria Crítica (com letras maiúsculas) do alto, tardio e do mais recente capitalismo. Não houve nenhuma tentativa importante, ampla ou duradoura dentro da Teoria Crítica de provincializar a Europa e a experiência histórica europeia — ou a própria Teoria Crítica. Até o passado recente, a lógica de reprodução capitalista criticada

>>

pelos teóricos críticos era sinônimo da lógica do capitalismo ocidental: o horizonte normativo de tal crítica é restrito ao catálogo intemporal dos mesmos valores sempre transmitidos pelo Iluminismo europeu; e o ponto de referência empírico para todo seu pensamento analítico e diagnóstico é composto quase exclusivamente pela realidade social (ou pelo que está sendo retratado como tal) das democracias ricas no hemisfério ocidental (ou, mais recentemente, o Norte Global).

> Teoria Crítica e Sociologia Global

Dito isso, deve ficar bem claro que a Teoria Crítica deve ter interesse em se abrir para o que eu chamaria de Sociologia Global. Mas por que a Sociologia Global deveria se preocupar com a Teoria Crítica?

Permitam-me resumir do que, no meu entendimento, é a Sociologia Global. Em primeiro lugar, a Sociologia Global é *relacional* em sua perspectiva analítica, sistematicamente relacionando fenômenos sociais em um lugar na ordem mundial capitalista ao que ocorre (e ocorreu) em outros lugares: relacionando o sucesso econômico ocidental à exploração do trabalho “barato” e da natureza em outros lugares, relacionando a estrutura social das oportunidades de vida em qualquer “sociedade nacional” com as (mutáveis) estruturas geoeconômicas e geopolíticas de dominação, ou relacionando a potencial legitimação de uma dada ordem política à possibilidade de efetivamente externalizar os custos e as condições de seu funcionamento estável. Em segundo lugar, a Sociologia Global é *descentralizada* em sua abordagem empírica, no sentido de considerar sistematicamente a multiplicidade de entidades e práticas locais, regionais, nacionais e transnacionais que compõem as lógicas institucionais e os mundos da vida cotidianos do ‘capitalismo real’ (e do realismo capitalista). Terceiro, a Sociologia Global estabelece *redes* em sua prática profissional, conectando pesquisas de todo o mundo em uma – na medida do possível, dadas as circunstâncias e os posicionamentos desiguais - comunidade cooperativa e não competitiva de pesquisadores envolvidos na reconstrução crítica da reprodução capitalista na era global.

Obviamente, esta não é apenas uma imagem estilizada, mas idealizada: uma versão – e visão – ideal-típica de uma Sociologia Global em potencial. Especialmente no que diz respeito à terceira característica, a sociologia global que realmente existe não corresponde ao tipo ideal, porque os sociólogos globais tendem a ser individualizados, setorizados e/ou nacionalizados devido à dinâmica da economia política do campo acadêmico. Certamente existem alguns centros institucionais de gravidade, seja no contexto da Associação Internacional de Sociologia ou (regionalmente) no Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; e, evidentemente, há a *Diálogo Global*. Mas ainda há um longo caminho a percorrer.

> A Teoria Crítica pode embasar a Sociologia Global

Mais uma vez: qual poderia ser o papel da Teoria Crítica, desglobalizada como infelizmente está, nesse caminho? A meu ver, a Teoria Crítica, e mais ainda uma que reflita sobre suas raízes históricas, poderia embasar uma Sociologia Global em construção em um duplo sentido. Por um lado, poderia servir como corretivo para uma sociologia globalmente engajada, injetando-lhe certa resistência para poder identificar o “sujeito revolucionário” em cada esquina, afastando a Sociologia Global tanto do *wishful thinking* quanto de uma confraternização acrítica com o movimento social do momento. Por outro lado, e num argumento um tanto paradoxal, a Teoria Crítica poderia efetivamente assegurar à Sociologia Global que é o capitalismo – em todas as suas variedades – que está no centro das distorções sociais e contradições sociais que estamos testemunhando. Da colonização das Américas à recém-atualizada Fortaleza Europa, é o capitalismo que esteve e ainda está em ação globalmente. E convenhamos: o capitalismo mata.

Razoável ou não, então, imagino a Sociologia Global e a Teoria Crítica como irmãs de armas. Seus braços, com certeza, são a pesquisa social e a crítica científica. ■

Contato com:
Stephan Lessenich <lessenich@soz.uni-frankfurt.de>

> Colonialismo do algodão: uma reinterpretação pós-colonial do capitalismo

por **Gurminder K. Bhabra**, Universidade de Sussex, Reino Unido



| Plantação de algodão. Crédito: iStock, Mark Castiglia, 2023.

A ideia do capitalismo moderno como uma formação socioeconômica distinta é comum a muitas abordagens sociológicas diferentes, especialmente aquelas inspiradas na obra de Marx e Weber. Isso vale também para a teoria crítica, que conecta seus argumentos normativos sobre emancipação e possibilidades humanas ao que Nancy Fraser e Rahel Jaeggi (2018) chamam de “uma sequência dependente do caminho de regimes de acumulação que se desdobra diacronicamente na história”.

Essa sequência de desenvolvimento normalmente localiza o surgimento do capitalismo moderno na Europa em um domínio de pequenos produtores que perturbam

as hierarquias de status dos arranjos sociais feudais para criar oportunidades comerciais de lucro. O que fica de fora é o contexto colonial do capitalismo moderno. Por exemplo, o movimento interno de cercamentos necessário para a criação de um mercado de trabalho interno é separado de sua manifestação ultramarina na apropriação de terras e mão de obra. Também está apartado dos processos políticos estatais de colonialismo que essa apropriação implicou e que eram parte necessária da produção interna.

Nesta breve contribuição, defendo a necessidade de entender o colonialismo como sendo fundamental para o capitalismo e como ele se constitui. Apresentei a justifi-

>>

cativa teórica mais longa [em outro lugar](#). Aqui desejo discutir uma única instância que incorpora meu argumento geral. Revela como as compreensões do capitalismo que estão representadas dentro das ciências sociais, incluindo a teoria crítica, são eurocêntricas e envolvem a elisão do colonialismo.

> Uma indústria do algodão sem algodão

Em meados do século XIX, o sucesso da indústria algodoeira em Manchester, associado à alocação do trabalho mediante melhorias tecnológicas na fiação e tecelagem, transformou uma pequena cidade provincial em uma cidade global. Isso garantiu a centralidade quase icônica de Manchester dentro da Revolução Industrial e, portanto, seu status central dentro das compreensões do capitalismo.

Como [pergunta pertinentemente Utsa Patnaik](#): como um país que não produzia a matéria-prima – o algodão – baseou sua revolução industrial nos tecidos de algodão? O algodão é uma planta nativa da Índia, não da Grã-Bretanha ou mesmo da Europa. O cultivo do algodão e a fabricação de tecidos de algodão remontam há 5.000 anos à civilização do Vale do Indo; A Índia há muito tempo era um exportador de tecidos de algodão em grande parte do mundo.

Na década de 1600, a Companhia Inglesa das Índias Orientais começou a importar quantidades significativas de tecidos de algodão da Índia. No final do século XVII, a popularidade do novo têxtil levou os comerciantes de tecidos de lã a solicitar ao governo uma proibição legal completa de sua venda e consumo; até “[o enterro em qualquer coisa que não fosse mortalhas de lã](#) [foi tornado] ilegal”. Tais políticas continuaram até o final do século XVIII, protegendo o comércio de lã, mas criando as condições para uma indústria nacional de algodão.

> Negligência histórica e sociológica

Este período de 150 anos de proteccionismo, organizado através de políticas mercantilistas dirigidas às importações têxteis indianas, foi o contexto em que a indústria do algodão de Manchester conseguiu iniciar e depois prosperar. Como Patnaik argumenta, no entanto, isso não é mencionado por nenhum grande historiador, na Grã-Bretanha, da revolução industrial e da mudança técnica: nem por Deane e Cole, nem por Landes, nem por Hobsbawm, nem por Floud e McCloskey, nem por Hill; Também não é mencionada por sociólogos interessados na emergência do mundo moderno ou em questões de economia política.

De ter tido uma participação de 25% do mercado global no início do século XVIII, baseado significativamente em seu comércio de têxteis acabados, as políticas coloniais britânicas reduziram a Índia a se tornar um fornecedor de algodão bruto para a indústria britânica no final do século XIX. A manufatura indiana foi sistematicamente destruída, assim como os meios de subsistência indianos e as vidas que dependiam dela.

Paralelamente, os britânicos também fizeram uso de algodão cru barato produzido por mão de obra escravizada e forçada em plantações nos Estados Unidos. As plantações de algodão, no entanto, não eram encontradas apenas nos estados do sul dos EUA, mas também, no século XIX, em toda a Índia e na África Ocidental. Na década de 1840, por exemplo, a Câmara de Comércio de Manchester e a recém-criada Associação de Fornecimento de Algodão pressionaram o governo colonial na Índia para privilegiar o cultivo de variedades de algodão “*New Orleans*” em detrimento do algodão nativo, a fim de servir à manufatura britânica.

> A emergência do capitalismo a partir do colonialismo

Assim, como podemos ver, a força industrial da Grã-Bretanha não se baseou em uma Revolução Industrial endógena. Envolveu a destruição sistemática da manufatura na Índia, o estabelecimento de uma economia global de plantações baseada no trabalho forçado e escravizado e a abertura forçada de mercados para a venda de seus produtos. Portanto, o colonialismo deve ser entendido como parte integrante de desenvolvimentos vistos como industriais e que são considerados como a base para a posterior emergência do capitalismo.

As formas de apropriação envolvidas em tais processos não podem ser entendidas simplesmente como a apropriação da mais-valia do trabalho (livre ou não): em vez disso, precisamos considerar seriamente a apropriação da terra e a destruição do comércio e da manufatura em outros lugares.

> Não há transformação sem compreensão

A razão pela qual tal reorientação é necessária é que a maioria das abordagens críticas do capitalismo se concentra nas possibilidades de resistência contidas na relação capital-trabalho. É isso que tende a ser tomado como a chave para a transformação do capitalismo. Assim, a justiça distributiva voltada ao excedente gerado pelo trabalho e desviado pelo capital negligencia outras formas de apropriação indébita; formas que são antigas e centrais para a própria configuração do capitalismo. ■

Contato com:
Gurminder K. Bhambra <G.K.Bhambra@sussex.ac.uk>

> A periferia contra-ataca: mundializando a experiência colonial

por **Manuela Boatcă**, Universidade de Freiburg, Alemanha, e membro do Comitê de Pesquisa em Sociologia Histórica da ISA (RC56)

Em 2004, realizou-se na Cidade do México um simpósio internacional dedicado à “Teoria Crítica no Diálogo entre a Europa e a América Latina e as Atuais Tarefas da Crítica”. Falando diante de uma plateia de estudiosos majoritariamente alemães e latino-americanos, o filósofo argentino Enrique Dussel prefaciou sua palestra, intitulada [“Da Teoria Crítica à Filosofia da Libertação: Alguns Temas para o Diálogo”](#), observando que queria principalmente levar a sério “os ‘sujeitos’ do diálogo e seu *locus enuntiationis: quem somos e de onde nós falamos*”. Não só esses diálogos são pouco frequentes e seus termos às vezes obscuros, acrescentou Dussel, como raramente ocorrem de forma simétrica.

Ao invés disso, a tarefa principal de uma ‘filosofia crítica com validade global’ para o século XXI, que, em sua opinião, ainda não havia sido desenvolvida, seria ‘partir da perspectiva dos excluídos do sistema global (países periféricos) e dos excluídos dentro de Estados específicos (massas empobrecidas)’ (Dussel, 2004). Essa demanda se entrelaça bem tanto com outras demandas contemporâneas quanto com anteriores: a demanda dos teóricos da dependência latino-americanos por uma análise do desenvolvimento a partir da perspectiva da periferia; a demanda de teóricas feministas alemãs da subsistência, como Maria Mies, Veronika Bennholdt-Thomsen e Claudia Von Werlhof, para incorporar ‘visões de baixo’; a proposta das feministas do Terceiro Mundo de reescrever a história da escravidão e do colonialismo a partir de ‘locais de oposição’; e o crescente número de ‘teorias do ponto de vista’ de raça e gênero que haviam enfatizado as reivindicações epistêmicas nas décadas de 1980 e 90.

> Um chamado sem resposta

Hoje, quase vinte anos após o apelo de Dussel, as perspectivas subalternas, periféricas e dissidentes, a experiência e posicionamento do sujeito colonial, e o pa-

pel da localização epistêmica na produção e circulação do conhecimento global estão bem estabelecidos no cerne das abordagens pós-coloniais e decoloniais. Juntas, elas representam uma teoria crítica das relações de poder globais. Mas será que isso é o mesmo que a teoria crítica, ou a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt? Em outras palavras, o diálogo imaginado no simpósio de 2004 ocorreu?”

A resposta curta é “não” para todas essas perguntas. Uma resposta mais longa teria que incluir, talvez até começar com, a afirmação de Dussel de que, ao fechar os olhos para as disparidades econômicas globais, a segunda Escola de Frankfurt abandonou a “crítica negativa” e, assim, [“deixou de ser verdadeiramente crítica”](#) tanto da realidade histórica quanto da “negatividade da fome” em curso na periferia. Uma teoria crítica que tomava como ponto de partida o padrão de vida no cerne do sistema capitalista, advertia Dussel com referência explícita a Habermas, não apenas permanecia eurocêntrica, mas evidenciava uma “parcialidade provinciana” que é ultrajante para aqueles na periferia. Diferenças de foco, escopo e grau também existem entre as abordagens pós-colonial e decolonial, assim como diferenças entre gerações dentro da mesma abordagem. A economia política do capitalismo global foi indiscutivelmente mais importante para as abordagens decoloniais latino-americanas baseadas na teoria da dependência e na análise de sistemas-mundo nos anos 2000 do que para as abordagens pós-coloniais anglófonas focadas em questões de cultura, identidade e representação na década de 1990 – mas esse não é necessariamente o caso hoje, ou não para todos os autores. Escrevendo em 2008 sobre as diferentes genealogias da crítica ao domínio colonial e imperial, o antropólogo e estudioso decolonial venezuelano Fernando Coronil apontou que, nas Américas, a crítica estava centrada em torno da economia política da dependência, enquanto nos novos Estados independentes da África e da Ásia, ela havia se cristalizado em torno da

“Para que um diálogo simétrico entre teorias críticas ocorra e continue, temos que pluralizar as localizações geográficas e epistêmicas da produção de teoria crítica”

sequência do colonialismo e do pós-colonialismo. Ao clamar por um diálogo entre as duas tradições críticas, [Coronil centrou-se na complementaridade e não nas diferenças](#): “As respostas críticas ao colonialismo de diferentes locais assumem formas diferentes, mas complementares. Se numa perspectiva asiática tornou-se necessário ‘provincianizar’ o pensamento europeu, numa perspectiva latino-americana tornou-se indispensável globalizar a periferia: reconhecer a formação mundial do que parecem ser centros metropolitanos modernos autogerados e periferias atrasadas”.

> A tão esperada resposta

Fazer com que a periferia – seja como teoria da dependência, estudos subalternos ou decolonialidade – respondesse à teoria crítica eurocêntrica (no singular) foi um passo importante. As condições socioeconômicas nas periferias do sistema-mundo, bem como as relações sociais supostamente não modernas dentro das áreas centrais, revelaram-se, assim, constitutivas da modernidade e de seu lado sombrio, a colonialidade, em vez de serem banidas para fora do moderno. A escravidão e suas consequências, a segregação racial das forças de trabalho no núcleo e na periferia, as burguesias exploradoras e as “economias duais” nas Américas, as relações patriarcais de gênero na África e no Oriente Médio e a coexistência de formas de trabalho assalariado e não assalariado em todas as áreas colonizadas não poderiam mais servir como prova do suposto atraso da periferia, mas dos emaranhados constituídos pelo domínio colonial e imperial.

Para que ocorra um diálogo simétrico entre teorias críticas (no plural) e para que ele continue, é preciso pluralizar os locais geográficos e epistêmicos da produção da teoria crítica. Tornar a experiência colonial e imperialista central para a análise da realidade histórica e da materialidade atual das relações de poder ainda é a exceção em vez da regra em uma ciência social esmagadoramente acrítica, presentista e eurocêntrica, da qual as experiências não-ocidentais, não-europeias e não-brancas foram há muito apagadas. Como resultado, até o final do século XX surgiu uma sociologia da desigualdade e da estratificação que negligenciava raça e etnia no Ocidente; uma sociologia do desenvolvimento capitalista que minimizava as economias escravagistas, o trabalho escravo e todas as formas de trabalho não assalariado; e uma sociologia das migrações desprovida de colonizadores e sujeitos coloniais. Faltava em todos os relatos a experiência das mulheres, a ser corrigida apenas parcial e gradualmente pela inclusão das mulheres ocidentais brancas como objetos e, em seguida, sujeitos da produção sociológica no Ocidente. Mundializar a experiência periférica – nas palavras de Coronil; globalizar a periferia – tornaria os processos centrais da economia-mundo capitalista, como a expansão colonial europeia, o comércio de pessoas escravizadas e a emigração europeia para as Américas, tão visíveis quanto o conflito de classes, a proletarianização e a mobilidade social dos Estados industriais da Europa Ocidental, sobre os quais a sociologia se fundamentou. ■

Contato como:

Manuela Boatcă <manuela.boatca@soziologie.uni-freiburg.de>

Twitter: [@ManuelaBoatca](https://twitter.com/ManuelaBoatca)

> Totalidade e exterioridade: Categorias para uma teoria crítica decolonial

por **Patricia Cipollitti Rodríguez**, Centro de Graduação CUNY, EUA

Entre os métodos característicos da teoria crítica para o estudo da sociedade está a “crítica imanente”. Isto pode ser parcialmente descrito como uma avaliação de se e como um determinado conjunto de arranjos sociais anda mal nos seus próprios termos. Seguindo Marx (que neste aspecto seguiu Hegel), os teóricos críticos identificam contradições que, como diz [Nancy Fraser](#), surgem “sistematicamente e não acidentalmente” entre as normas que são “imanentes” na sociedade e as condições que os participantes sociais realizam através das suas ações. O exemplo clássico de Marx faz referência às liberdades de mercado que definem a sociedade burguesa e à realidade recorrente da “liberdade de morrer de fome” dos trabalhadores. Os teóricos críticos analisam, então, estas tendências para o surgimento de crises e o potencial de transformação social que elas, por sua vez, dão origem.

Ao desenvolver padrões normativos “dentro” das práticas sob exame, os teóricos críticos pretendem contornar as armadilhas ideológicas de grande parte da filosofia analítica, moral e política dominante. Enquanto as abordagens dominantes muitas vezes presumem que ideais como “justiça” ou “igualdade” se aplicam através de temporalidades e geografias, os teóricos críticos reconhecem o caráter completamente histórico dos ideais – e que, sob condições de desigualdade, apelam a eles tendendo a servir furtivamente aos interesses dos grupos dominantes. As interpretações da liberdade nas sociedades capitalistas são um exemplo disso.

> Totalidade e eurocentrismo

Os teóricos decoloniais insistem que esta não é a história completa. Um problema central dos métodos dialéticos como a crítica imanente, segundo o filósofo argentino-mexicano Enrique Dussel, é a sua [pretensão à totalidade](#). O conceito de totalidade goza de ampla aceitação entre os marxistas ocidentais e aqueles influenciados por esta tradição. No presente contexto, a totalidade assume pelo menos dois significados. Primeiro, a crítica imanente estipula que todos os recursos normativos necessários para a avaliação e transformação social podem ser derivados do objeto da crítica. Na medida em que a sociedade capitalista constitui esse objeto, ela compreende assim a totalidade dos instrumentos de crítica. Em segundo lugar, e de forma relacionada, o capitalismo é concebido como uma totalidade estrutural global, na medida em que os seus processos e sensibilidades moldam praticamente todas as comunidades humanas no nosso planeta.

Segundo Dussel, esse pensamento totalizante é eurocêntrico. Ignora problemáticamente uma miríade de formas de vida que talvez sejam adjacentes, mas completamente distintas da sociedade capitalista. Crucialmente, os cha-

dados *exteriores* à totalidade do objeto, onde as pessoas pensam, agem e sentem “de outra forma” relativamente à modernidade capitalista ocidental, são metodologicamente relevantes. Estas apresentam alternativas normativas substantivas – ideais, conceitualizações, práticas, e assim por diante – por meio das quais o objeto da crítica pode ser avaliado e transformado. Modos de vida não-capitalistas podem, por exemplo, demonstrar em termos concretos o que implica uma relação não-extrativista com a natureza.

> Analética e exterioridade

Dussel chama o método decolonial resultante de analética, onde “ana-” localiza o ponto de vista crítico “fora” em vez de “dentro” do objeto. Pensar a partir do “outro lado” (ou do “lado inferior”) da modernidade capitalista é uma das contribuições distintivas do pensamento decolonial face às avaliações dialéticas da teoria crítica “a partir de dentro”.

A categoria analética da *exterioridade* aparece, explícita ou implicitamente, em grande parte do pensamento decolonial latino-americano. Um exemplo é a noção de *buen vivir* (“viver bem”) descrita por Mónica Chuji, Grimaldo Rengifo e Eduardo Gudynas na [edição de abril de 2023 da *Diálogo Global*](#) como um “conjunto de perspectivas sul-americanas” que “abrange posições que questionam a modernidade enquanto abrindo outras formas de pensar, sentir e ser – outras ontologias – enraizadas em histórias, territórios, culturas e ecologias específicas”. As tradições indígenas informam fortemente as perspectivas do *buen vivir*. Esses autores observam que o *buen vivir* se espalhou rapidamente dentro e fora dos países andinos de onde se origina, oferecendo bases teóricas para alternativas específicas ao desenvolvimento capitalista, como o reconhecimento constitucional dos direitos da natureza. O *buen vivir*, uma ideia cultivada na exterioridade, permite assim a crítica analética. Outros usos proeminentes da exterioridade referem-se não apenas aos modos de vida das comunidades indígenas, mas também dos camponeses rurais, das populações afrodescendentes, dos pobres urbanos e até mesmo dos Estados-nação subdesenvolvidos da região.

> O alcance global do capital

A analética pode parecer equivocada para teóricos críticos de inclinação marxista. Para postular qualquer exterior ao capitalismo, segundo eles, é negar romanticamente a consolidação daquilo que Immanuel Wallerstein apelidou de “sistema-mundo moderno” ao longo dos últimos 500 anos. É não compreender o domínio social contemporâneo, à escala mundial, como uma estrutura constituída por partes inter-relacionadas; especificamente, como um agregado de processos econômicos dinâmicos e práticas

>>

“Os teóricos críticos reconhecem o caráter completamente histórico de ideais como ‘justiça’ ou ‘igualdade’”

sociais, realizados através da ação humana, que apoiam a acumulação de mais-valia. De acordo com essa visão, a relação entre centro e periferia, explorador e explorado, rico e pobre, trabalho remunerado e não remunerado, e assim por diante, não é uma relação de separação estrita, mas entre constituintes *de* e *dentro* de uma totalidade sistêmica. Além disso, o alcance do capital é global. Comercializar moeda, participar em mercados locais a montante ou a jusante dos mercados globais, estar envidado, enfrentar empresas extrativistas e estados que utilizam a força para manter a soberania nacional, é estar significativamente imbricado nesta totalidade. Muito poucas comunidades (se alguma) persistem “absolutamente”, “radicalmente” ou “maximamente” separadas dos circuitos econômicos capitalistas, para usar advérbios frequentemente utilizados por Dussel e outros pensadores decoloniais latino-americanos para descrever a exterioridade.

À luz desta preocupação marxista, aqueles que empregam a categoria de exterioridade devem esclarecer que o sentido em que a modernidade capitalista, enquanto *totalidade*, difere das comunidades exteriores não é material. A maioria dos pensadores decoloniais abraça a tese dos sistemas-mundo: não seríamos capazes de compreender adequadamente as formas contemporâneas de exploração, extração ou opressão sem ela. A separação relevante é, antes, experiencial e normativa. Ou seja, as pessoas que habitam as exterioridades pensam, sentem e julgam de forma diferente. Isto pode incluir interagir com o mercado de forma diferente das classes que dele se beneficiam sistematicamente.

> Problemas com dualismos modernos

Essa resposta, no entanto, não conseguiria satisfazer os teóricos críticos que, numa veia pós-moderna, questionam a conceitualização de “modernidade” operativa em [propostas analíticas proeminentes](#). Na opinião deles, as propostas analíticas estipulam a modernidade como uma unidade cultural que abrange formas de pensar e sentir que são moldadas pela razão instrumental, pela acumulação capitalista, pelo colonialismo, e assim por diante – das quais “outras” formas de pensar, sentir e ser são fundamentalmente distintas.

Para os críticos de tendência pós-moderna, tal conceitualização da modernidade é, antes de tudo, politicamente suspeita. A reificação das culturas em unidades coesas promove padrões dualistas de pensamento, incluindo classificações do Eu/Outro. Tal como alertaram pensadores pós-coloniais como Edward Said, tais classificações podem ser facilmente mobilizadas para controlar “outras” populações. Em segundo lugar, é descritivamente equivocado: as formas de vida social são composições historicamente contingentes e heterogêneas de práticas passíveis de mudança atra-

vés de trocas transculturais. Os signos que dão sentido a estas práticas, aliás, podem ser transpostos por meio de horizontes culturais, assumindo funções diferentes daquelas no seu local de emergência. Podem existir conexões entre os modos de vida e os territórios geográficos onde eles se originam, como sugerem os proponentes do *buen vivir*. Contudo, tais ligações não devem ser presumidas como essenciais, imutáveis ou radicalmente incomunicáveis.

> Exterioridades como culturas híbridas e a pluralidade de recursos normativos

Em vez de pensar em termos de “Modernidade”, então, aqueles que empregam a categoria de exterioridade deveriam pensar em termos de “modernização”. Este é um processo pelo qual as comunidades se envolvem com práticas, símbolos, tecnologias e racionalidades modernas, como as encontradas no mercado. Além disso, devido à sua integração material e política no sistema mundial, as comunidades não podem deixar de se envolver. (Desta e de outras formas, o poder assimétrico influencia os processos de transculturação.) Tomando emprestada a terminologia dos estudos culturais latino-americanos, as exterioridades são “culturas híbridas” nas quais os participantes podem diariamente recorrer a múltiplas racionalidades coexistentes – “modernas” e “tradicionais”, mercantilizadas e não mercantilizadas – e atribuem, por exemplo, significados modernos às práticas tradicionais e significados historicamente específicos às práticas recentemente introduzidas. Em todo o mundo, encontramos múltiplas modernidades: muitas culturas híbridas distintas e em constante mudança, nas quais as formas modernas desempenham um papel significativo.

A categoria da exterioridade enfatiza corretamente que as formas de pensar, sentir, ser e valorizar diferem significativamente de lugar para lugar, especialmente entre centros e periferias (reconhecidamente heterogêneos) dentro do sistema-mundo. Mas, levando a sério a preocupação pós-moderna, devemos reconhecer que as relações entre os locais são porosas e dinâmicas. Deveríamos evitar romantizar as comunidades exteriores; e não devemos ignorar aquelas que, mesmo situadas no Norte e no Ocidente globais, se envolvem em práticas cujo significado excede as chamadas racionalidades “modernas”, como o trabalho de cuidados. A crítica imanente e a crítica analética exigem uma compreensão robusta das estruturas globais, ou seja, da totalidade. Contudo, ao colocar a exterioridade em primeiro plano, a crítica analética volta a nossa atenção para a tremenda pluralidade de recursos normativos para a crítica que existe em todo o mundo, especialmente nas periferias; e os múltiplos caminhos para a transformação que potencialmente oferecem. ■

Contato com:
Patricia Cipollitti Rodríguez <patricia.cipollitti@gmail.com>

> Indústria cultural:

Uma agenda de pesquisa (política) para a teoria crítica

por **Bruna Della Torre de Carvalho Lima**, Universidade de Frankfurt, Alemanha, e Universidade de Campinas, Brasil

| Ilustração: Arbu, 2023.



> Adorno e a indústria cultural

“**I**ndústria cultural” é um conceito controverso. Apesar das muitas reservas de Theodor W. Adorno quanto ao uso da expressão “cultura de massa” como análoga ao conceito de “indústria cultural”, esta ainda é geralmente identificada com uma (imensa) coleção de bens culturais. Em muitos ramos da sociologia, a “indústria cultural”, ou algum aspecto dessa indústria, tornou-se sinônimo de bens culturais, como a televisão ou o rádio. Nos seus debates com Helmut Becker, Adorno alertou-nos para não abordarmos a televisão em si, mas apenas em conjunto com o resto do sistema da indústria cultural: estudar a indústria cultural apenas empiricamente é limitado, uma vez que os seus efeitos só podem ser percebidos ao longo de décadas de exposição. Na [Dialética do iluminismo](#), contudo, Adorno e Max Horkheimer descrevem

a indústria cultural como um “sistema” composto por “rádio, cinema e revistas”. Este é um sistema estético e cultural, mas talvez o mais importante, um sistema de socialização e um aparato que fabrica desejos e identificação com a realidade. O conceito implica um aspecto relacionado com o trabalho ignorado pelos estudos, uma vez que é uma contrapartida do trabalho: um espelho reverso da sociedade fordista. No entanto, é também uma teoria política da cultura.

> A mídia e a ascensão do fascismo

A cartelização da cultura durante a República de Weimar e a sua concentração em mãos reacionárias, personificada por Alfred Hugenberg, levou Adorno a considerar a relação entre os meios de comunicação e a ascensão do fascismo. Por um lado, o rádio transformou a agitação antidemocrática; por outro, a forma social da indústria

>>

cultural, por meio da qual as subjetividades são minadas e as identificações com superestrelas são produzidas, abriu o caminho para líderes políticos fascistas, ao mesmo tempo que apareciam como “uma autoridade desinteressada e suprapartidária”.

Em *Aspectos do novo radicalismo de direita*, Adorno comenta a ascensão do NPD (*Nationaldemokratische Partei Deutschlands* [Partido Nacional Democrático da Alemanha]), cujo segredo do sucesso estava relacionado ao conceito de “organização”. O NPD apresentou-se como um movimento além de qualquer sectarismo partidário. Este “movimento” simulou um distanciamento da forma tradicional do “partido”, distinto dos interesses políticos e econômicos que norteiam a *Realpolitik* institucional. Além disso, fez isso através da propaganda, argumenta Adorno. A partir das suas observações instigantes, podemos inferir a tese original: a indústria cultural poderia ser a nova “organização”. Tal indústria pode substituir um partido de massas na estruturação e difusão do fascismo.

Embora Adorno tenha transformado a “indústria cultural” numa agenda de investigação ao longo da sua obra, nem ele conseguiu prever as proporções e o alcance que este sistema poderia assumir.

> A autoridade desinteressada da Internet substitui a velha política

Antes do advento da Internet, os agitadores antidemocráticos precisavam ir pessoalmente às escolas, igrejas, estações de rádio, fábricas, estúdios de televisão, e assim por diante. Em todas essas esferas o acesso era limitado e regido por regras específicas. A indústria cultural sob o fordismo já tinha sido um dos principais instrumentos do fascismo ao transportar, através da rádio, o agitador de rua para a sala de estar. Porém, não tomou o lugar do partido. O mais recente desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, o surgimento e a importância das redes sociais na sociedade contemporânea, rompeu quaisquer barreiras a este tipo de agitação, deslegitimando até os meios de comunicação mais tradicionais e tirando de cena o tradicional partido de massas. As redes sociais exibem mais capilaridade social do que qualquer organização jamais desejou.

A infraestrutura em questão também criou a base material desta “indústria cultural digital” e a forma “cultural” que ela assume. O dispositivo binário de “gosto/não gosto”, o efeito *lock-in* [ou de aprisionamento] ligado à monopolização do setor, à manipulação das emoções por meio da publicidade direcionada e muitas outras características bem conhecidas forneceram o modelo para a sociabilidade virtual e as formas de socialização a ele ligado – sem falar no uso de estratégias como *bots* [robôs] para fins de manipulação política nas mídias e redes sociais.

Além disso, o sucesso deste novo radicalismo de direita deve-se ao fato de a indústria cultural, na sua versão digital, continuar a se apresentar como uma “autoridade desinteressada”. O seu caráter econômico está escondido atrás da “natureza livre” dos seus produtos e torna-se ainda mais nebuloso pelo fato de sermos nós que produzimos e partilhamos a maior parte dos conteúdos que o alimentam. Como “autoridade desinteressada”, não só se apresenta como algo que “paira” acima dos partidos tradicionais, mas também se torna o veículo ideal para movimentos de direita que pretendem aparecer como uma alternativa à velha política.

> O novo radicalismo de direita e as redes sociais

Portanto, há convergência entre um aparato objetivo altamente abrangente e um modelo de subjetivação que favorece imensamente a extrema direita. O novo radicalismo de direita mobiliza uma política refratária ao diálogo e à reflexão, profundamente ligada às características das redes sociais devido, por exemplo: à política de engajamento de atenção que favorece a radicalização através do uso de *click baits* com forte apelo emocional; a capacidade de produzir o sentimento de participação política; os algoritmos que escolhem o que as pessoas consomem, o que, por sua vez, produz circularidade de conteúdo e exclusão de tudo que é diverso, facilitando a formação de *in-groups* e *out-groups*. Como sugere [Joseph Vogl](#) em relação às plataformas, a indústria da cultura digital torna-se parademocrática.

Esses elementos, entre outros, potencializam os autoritarismos locais, cujas bases podem ser extremamente variadas, ampliando-os para torná-los significativos para a vida política. No Sul Global, onde as democracias foram historicamente enfraquecidas pelo colonialismo, os efeitos da indústria cultural podem ser ainda mais profundos, o que revela uma faceta pouco explorada do conceito: o seu desdobramento imperialista. Neste sentido, a indústria cultural também poderia ser uma teoria do imperialismo cultural.

A ascensão da extrema-direita em todo o mundo reacendeu o interesse nos estudos da Escola de Frankfurt sobre o autoritarismo. Mesmo assim, a ‘indústria cultural’ não tem sido considerada um conceito essencial para a apreensão deste fenômeno. O futuro da teoria crítica (e do mundo) está, sem dúvida, ligado à expansão, à revisão aguda e ao maior desenvolvimento da forma como a indústria cultural funciona. E a nossa tarefa crítica continua a ser a de não estarmos de acordo com o mundo. ■

Contato com:
Bruna Della Torre de Carvalho Lima <brunadt@unicamp.br>

> Rumo a uma teoria crítica da sociedade mundial

por **Esteban Torres**, Universidade Nacional de Córdoba, Argentina



| Ilustração: Arbu, 2023.

Credit: Noel, Unsplash.

A principal experiência de produção de teoria crítica no hemisfério ocidental ocorreu em Frankfurt e Nova York, em torno do *Institute for Social Research* (IfS) [Instituto para Pesquisa Social], entre as décadas de 1920 e 1960. No coração sitiado do IfS, as obras de Horkheimer, Adorno e Marcuse pulsaram fortemente. Na história da América Latina, por outro lado, o núcleo mais importante de criação de teoria crítica floresceu nos campos da sociologia e da economia nas décadas de 1960 e 1970. Lá, os autores mais destacados foram Raúl Prebisch, Fernando H. Cardoso, Darcy Ribeiro e Ruy Mauro Marini. As duas correntes divergiram significativamente porque os problemas estruturais que identificaram diferiam muito e porque as experiências históricas dos intelectuais envolvidos eram radicalmente diferentes. A corrente latino-americana, aliás, evoluiu em relação a uma política de maiorias. Só o reconhecimento da força determinante única exercida por cada localização

histórica sobre os intelectuais e as suas teorias críticas pode explicar a existência de um fosso tão amplo entre duas correntes dotadas de DNA alemão, que partilham as obras de Marx e Weber como as suas fontes teóricas centrais.

> Uma experiência histórica e um problema estrutural

Toda teoria crítica é moldada na intersecção entre uma experiência histórica e um problema estrutural. A diferenciação entre esses aspectos é útil para detectar quando uma teoria crítica começa a perder sua capacidade de conhecimento, de crítica propícia e de transformação social. A experiência histórica do nazismo, e mais particularmente a do extermínio dos judeus, fez com que o projeto frankfurtiano identificasse a perda da liberdade individual como o principal problema estrutural. Sem as

>>

cicatrizes duradouras deixadas por essa experiência, a teoria crítica produzida pela Escola de Frankfurt teria sido diferente. O problema da dependência estrutural da América Latina em relação aos países centrais assumiu uma forma teórica e crítica num momento em que a região estava em ascensão e quando se tornou claro que as receitas europeias para os países periféricos eram um completo fracasso. A dependência estrutural foi um grande obstáculo que colidiu com a experiência otimista de evolução ascendente. A teoria social latino-americana torna-se crítica com a perda circunstancial da batalha da industrialização. Ainda assim, mantém a sua dinâmica positiva baseada numa crença racional na possibilidade de construir uma sociedade pós-periférica em vez de uma sociedade pós-capitalista. Isto não era nem pura negatividade nem pura positividade, como apresentado pelos ensinamentos de Marx. Referi-me a dois problemas estruturais diferentes que persistem até hoje, ligados a duas experiências históricas. A superação dos problemas da falta de liberdade e da persistência do subdesenvolvimento exige a criação de novas teorias críticas que deem conta da atual experiência histórica de mundialização.

> **Desvios contemporâneos: a-historicismo, antipolítica e separatismo**

A maioria das teorias críticas que circulam atualmente na América Latina e na Europa parecem ter perdido a sua potência. Na minha opinião, isso ocorreu devido à reprodução ampliada de três desvios intelectuais dominantes e a um reducionismo de longa data. São eles: um desvio a-histórico, um desvio antipolítico e um desvio separatista. O primeiro tem a ver com ignorar o peso das experiências históricas situadas na definição oferecida pelas teorias dos problemas estruturais, bem como na formação das agendas públicas de investigação. O desvio antipolítico está associado à transformação da crítica num fim em si mesma. E o terceiro desvio, o separatista, manifesta-se em duas práticas opostas: a autonomização da teoria crítica da investigação sociológica e a realização de estudos sociais sem uma teoria crítica da sociedade e, sobretudo, sem uma teoria do capitalismo. Horkheimer e Adorno chamaram este último aspecto de “sociologia sem sociedade”. Finalmente, o reducionismo de longo prazo está associado à reprodução generalizada de uma visão eurocêntrica das sociedades. A compreensível limitação original desta visão dominante e auto-referencial torna-se cegueira irracional a partir da surpreendente negação do processo de mundialização das sociedades que iniciou a sua marcha contínua em meados do século XX, impulsionado pelos movimentos de libertação nacional da periferia, da descolonização na sua fase avançada e da ascensão do bloco asiático.

> **O encontro de Frankfurt com a sociologia latino-americana**

O processo de mundialização é a experiência histórica que permite fazer uma ponte no fosso entre a tradição de Frankfurt e a tradição latino-americana. Uma experiência inicial de comunicação entre as duas correntes poderia gerar os recursos intelectuais básicos para superar os obstáculos acima mencionados. Devidamente observadas, ambas as tradições constituem antídotos contra o desvio a-histórico. Assim, o primeiro Horkheimer, Marcuse e a corrente latino-americana, todos na esteira de Marx, oferecem instrumentos para contrabalançar o desvio antipolítico. Da mesma forma, na tentativa de superar o desvio separatista, é indispensável a integração das contribuições do projeto original de Frankfurt e da crítica penetrante do positivismo de Adorno e Horkheimer. E, finalmente, para concretizar um projeto reconstrutivo que desmantele completamente o eurocentrismo, é essencial referir-se às contribuições da corrente latino-americana.

Para superar definitivamente os obstáculos acima mencionados e recuperar o vigor da teoria crítica, é necessário promover uma mudança de paradigma que permita o desenvolvimento de novas teorias críticas da sociedade mundial. Com isto, quero dizer uma prática teórica que deve ser concebida como um momento irredutível de um processo de investigação social, uma crítica que precisa ser ativada por um motor científico e depois calibrada por uma estratégia de transformação social terrena. Além disso, é necessário construir a ideia de uma sociedade mundial pós-eurocêntrica, concebida como uma unidade superior que se realiza na interação entre três planos: i) o das relações entre as esferas nacional, regional e global, ii) o das relações centro/periferia, e iii) o da relação entre modernidades e o não-moderno.

O novo programa intelectual do IfS, liderado por Stephan Lessenich, é a carta de navegação mais ambiciosa elaborada pela Escola de Frankfurt desde 1923, na medida em que define os seus problemas estruturais inscrevendo-se na experiência histórica da mundialização, assumindo uma visão científica, crítica, e compromisso político com um processo de transformação social que ultrapassa em muito a Europa. ■

Contato com:
Esteban Torres <e.torres@em.uni-frankfurt.de>

> O consenso sobre descarbonização

por **Breno Bringel**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil, e Universidade Complutense de Madrid, Espanha; **Maristella Svampa**, CONICET e Centro de Documentação e Investigação da Cultura de Esquerdas, Argentina



Voar com Aerocene Pacha (Salinas Grandes e Laguna da Bacia Guayatayoc, Jujuy, Argentina, 2020). Créditos: Fundação Aerocene e Estúdio Tomás Saraceno.

Nos últimos anos, a transição socioecológica deixou de ser uma questão restrita a grupos ativistas e cientistas para se tornar um foco central das agendas políticas e econômicas contemporâneas. No entanto, surgem aqui duas questões importantes. Em primeiro lugar, face à urgência da descarbonização, há uma tendência para reduzir a transição socioecológica – cuja compreensão integral deve abranger os níveis energético, de produção, alimentar e urbano – para a transição energética. A segunda questão diz respeito à forma como a transição energética é realizada e quem pagará os custos.

A transição energética, impulsionada principalmente pelas grandes empresas e governos do Norte Global para uma energia supostamente “limpa”, está aumentando a pressão sobre o Sul Global. Para que a China, os EUA e a Europa avancem no sentido da desfossilização,



estão criando novas zonas de sacrifício nas periferias globais. São vários os exemplos desta dinâmica: a extração de cobalto e lítio para a produção de baterias de alta tecnologia para carros elétricos afeta brutalmente o chamado “triângulo do lítio” na América Latina e no Norte de África; a crescente demanda por madeira balsa, abundante na Amazônia equatoriana, para a construção de turbinas eólicas exigida pela China e pelos países europeus, destrói comunidades, territórios e biodiversidade; ou o novo leilão para megaprojectos de painéis solares e infraestruturas de hidrogênio aumenta ainda mais a apropriação de terras.

Este processo está se tornando conhecido no ativismo e na academia crítica como “extrativismo verde” ou “colonialismo energético”: uma nova dinâmica de extração capitalista e apropriação de matérias-primas, bens naturais e trabalho, especialmente no Sul Global (embora não exclusivamente), para a transição para a energia verde. O colonialismo energético é a peça central de um novo consenso capitalista, que definiremos como o consenso da descarbonização.

> Qual é o consenso da descarbonização?

O consenso da descarbonização é um novo acordo global que defende a mudança de um sistema energético baseado em combustíveis fósseis para um sistema livre de carbono (ou de baixo carbono) baseado em energias “renováveis”. Seu *leitmotiv* [motivo condutor] é o combate ao aquecimento global e à crise climática, estimulando uma transição energética promovida pela eletrificação do consumo e pela digitalização. Este consenso baseia-se num objetivo comum amplamente aceito. Quem poderia opor-se à descarbonização e à neutralidade climática num mundo ferido pelo colapso? A questão principal não é o *que fazer*, mas *como fazer* isso.

Os objetivos desta descarbonização hegemônica não incluem a desconcentração do sistema energético, o cuidado com a natureza, ou a justiça climática global, mas outras motivações como atrair novos incentivos financeiros, reduzir a dependência energética de alguns países, expandir nichos de mercado ou melhorar a imagem de empresas. A descarbonização não é vista como parte de um processo mais amplo de mudança do perfil metabólico da sociedade (os seus padrões de produção, consumo, circulação de bens e geração de resíduos), mas como um fim em si mesmo. Embora a gravidade da emergência climática seja reconhecida, as políticas atuais não são apenas insuficientes, mas também têm graves impactos negativos, dado que a exploração dos recursos naturais está se intensificando e a ideologia do crescimento econômico indefinido está sendo mantida.

O consenso da descarbonização mobiliza continuamente o discurso do potencial tecnológico e da inovação. Ao mesmo tempo, defende explicitamente “negócios ver-

des”, “financiamento climático”, “soluções baseadas na natureza”, “mineração climaticamente inteligente”, “mercados de carbono” e várias formas de investimento especulativo. Em suma, propõe-se um tipo de transição baseado numa lógica fundamentalmente mercantil e com uma interface hiperdigitalizada, gerando novas mercadorias e formas sofisticadas de controle social e territorial.

Sob outra reviravolta na retórica da “sustentabilidade”, está emergindo uma nova fase de espoliação ambiental do Sul Global, afetando a vida de milhões de seres humanos e de seres sencientes não-humanos, comprometendo ainda mais a biodiversidade e destruindo ecossistemas estratégicos. O Sul Global volta a ser um depósito de recursos supostamente inesgotáveis, dos quais são extraídos minerais estratégicos para a transição energética do Norte Global, bem como um destino para os resíduos e poluição gerados por esta nova “revolução industrial”.

> Colonialismo verde e o duplo vínculo

O consenso da descarbonização é marcado pelo imperialismo ecológico e pelo colonialismo verde. Mobiliza não apenas práticas, mas também um imaginário ecológico neocolonial. Por exemplo, governos e empresas utilizam frequentemente a ideia de “espaço vazio” típica da geopolítica imperial. Se no passado esta ideia, que complementa a noção Ratzeliana de “espaço vital” (*Lebensraum*), gerou ecocídio e etnocídio indígena – servindo mais tarde para promover políticas de “desenvolvimento” e “colonização” de territórios – hoje é utilizada para justificar expansionismo territorial para investimento em energia “verde”.

Desta forma, grandes extensões de terra em áreas rurais escassamente povoadas são consideradas “espaços vazios” adequados para a construção de moinhos de vento ou centrais de hidrogênio. Estes imaginários geopolíticos de transições corporativas reproduzem relações coloniais, que não podem ser vistas apenas como uma imposição de fora para dentro, do Norte para o Sul. Em muitos casos, o que está em jogo é também uma espécie de “colonialismo verde interno”, que cria as condições de possibilidade para o avanço do extrativismo verde baseado em alianças coloniais e nas relações entre as elites nacionais e as elites globais. Devemos também reconhecer que, em nome da “transição verde”, o consenso sobre a descarbonização também gera pressões sobre os territórios do Norte Global. Ainda assim, isto difere dos impactos e da escala de tais processos na periferia globalizada.

Além disso, a temporalidade e a forma como o consenso de descarbonização é implementado desencadeiam contradições mesmo entre os seus promotores. O agravamento dos comportamentos e das políticas esquizofrênicas – ou o *duplo vínculo*, para usar o termo de Gregory Bateson (ver o seu livro [Steps to an Ecology of Mind](#) [Passos para uma Ecologia da Mente]) – parece ser um sinal da polícrise civilizacional. Há quem, embo-

>>

ra reconhecendo a sua importância, procure atrasar a descarbonização extraindo até a última gota de petróleo, como é o caso de muitas empresas de combustíveis fósseis e do seu *lobby* junto aos governos. Um exemplo foi o anúncio do presidente dos EUA, Joe Biden, que, voltando atrás na sua promessa eleitoral, aprovou em março de 2023 o Projeto Willow que permite avançar a expansão da fronteira petrolífera no Ártico do Alasca, colocando assim em perigo um ecossistema altamente frágil que já está sofrendo com o derretimento do gelo devido ao aquecimento global. Outro exemplo vem da União Europeia que, ao mesmo tempo que procurava expandir o Pacto Verde Europeu, optou por regressar ao carvão em meados de 2022, usando como pretexto a crise energética acelerada pela guerra na Ucrânia.

O consenso da descarbonização restringe o horizonte do combate às mudanças climáticas ao que a pesquisadora brasileira Camila Moreno define como a [métrica do carbono](#): uma forma limitada de quantificar o carbono apenas com base nas moléculas de CO₂, que oferece uma espécie de moeda para o intercâmbio internacional, gerando a ilusão de que algo está sendo feito contra a degradação ambiental. Desta forma, o problema subjacente é encoberto e não só continuamos a poluir, como a própria poluição se tornou uma nova arena para os negócios (através, por exemplo, do comércio de compensações de emissões). Os limites naturais e ecológicos do planeta continuam a ser ignorados, uma vez que nenhuma quantidade de lítio ou minerais críticos será suficiente, a menos que os modelos de mobilidade e os padrões de consumo sejam alterados.

Portanto, a transição não pode ser reduzida apenas a uma mudança na matriz energética, garantindo a continuidade de um modelo insustentável. Ao propor uma transição energética corporativa de curto prazo, o consenso de descarbonização mantém o padrão de desenvolvimento hegemônico e acelera a fratura metabólica para preservar os estilos de vida e o consumo atuais, especialmente nos países do Norte e nos setores mais ricos da economia global. O tipo de lógica pós-fóssil promovida pelo consenso de descarbonização conduz assim a uma transição corporativa, tecnocrática, neocolonial e insustentável.

> **Continuidades com consensos capitalistas anteriores: inevitabilidade, captura corporativa e extrativismo**

Vejamos o consenso da descarbonização na perspectiva do processo sócio-histórico. Vemos continuidades com os consensos capitalistas anteriores, nomeadamente o consenso de Washington e o consenso das commodities. O primeiro é o discurso da inevitabilidade, que afirma que não há alternativa a estes consensos. O [consenso das commodities](#), por exemplo, baseou-se na ideia de que havia acordo sobre natureza irrevogável da

dinâmica extrativista resultante da crescente demanda global por matérias-primas, visando fechar a possibilidade de outras alternativas. Similarmente, o consenso atual sobre a descarbonização procura forjar a ideia de que, dada a urgência climática, não há outra transição possível e que a única transição “realista” é a transição corporativa.

Em segundo lugar, todos estes consensos implicam uma grande concentração de poder nas mãos de atores não democráticos (grandes empresas, atores financeiros e organizações internacionais), minando assim qualquer possibilidade de governança democrática, ainda mais num contexto de “transição”. Existem duas implicações desta tendência. Por um lado, vemos a captura corporativa dos espaços de governança; arenas como a Conferência das Partes (COP), que, como órgão supremo da Conferência Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, deveria ser um fórum multilateral para fazer avançar a luta contra as mudanças climáticas. Em vez disso, esses espaços são cada vez mais uma feira de negócios do capitalismo verde que mantém relações de poder energético entre o Norte e o Sul. Por outro lado, existe uma intensa concentração de poder entre as grandes empresas do início ao fim das cadeias globais.

Terceiro, a busca constante pela expansão das fronteiras capitalistas envolve a promoção de megaprojetos destinados a controlar, extrair e exportar recursos naturais. Para tanto, existe um claro compromisso de garantir “segurança jurídica” ao capital com bases regulatórias e legais que possibilitem a maior rentabilidade corporativa. Por exemplo, os novos acordos comerciais bilaterais que a União Europeia (UE) está negociando incorporaram capítulos sobre energia e matérias-primas, para garantir o acesso a minerais críticos para a transição. Neste contexto, a UE apresentou recentemente uma proposta de Regulamento sobre Matérias-Primas Críticas (RMRC), aparentemente destinada a garantir um fornecimento seguro e sustentável de matérias-primas críticas para a UE. No entanto, tal como explicado num [relatório SOMO](#), a estratégia proposta da UE não conduzirá a um abastecimento sustentável de minerais essenciais para a Europa, uma vez que agravará os riscos para os direitos humanos e o ambiente, minará a dinâmica econômica nos países parceiros e continuará a reforçar a insustentabilidade do consumo nos países ricos.

> **Novidades: competição interimperial, segurança energética e colonialismo climático**

Além dessas linhas de continuidade, também há novidades. Uma característica essencial do consenso de descarbonização é a complexidade das relações neocoloniais num mundo multipolar, marcado pela competição interimperial. Não é apenas a União Europeia, que carece de minerais críticos, que procura acesso direto aos mesmos. Apesar de os ter, a China está muito bem posi-

>>

cionada no Sul Global onde há quase duas décadas tem feito investimentos agressivos em setores extrativistas estratégicos, mantendo um tipo de relacionamento diferente daquele dos Estados Unidos e da Europa.

Uma das peculiaridades da nova dependência que a China está gerando nos países latino-americanos e africanos, como principal parceira comercial de quase todos eles, é que embora os seus investimentos sejam de longo prazo e em diferentes setores (agronegócio, mineração, petróleo ou infraestruturas ligadas às atividades extrativistas), em termos de transferência de tecnologia – particularmente no que diz respeito à transição verde – tende a utilizar tecnologia chinesa de ponta que, por vezes, também inclui força de trabalho chinesa.

O leilão interimperial se completa com os Estados Unidos. Embora estas questões pareçam estar ausentes das declarações do Departamento de Estado, em diversas ocasiões, a chefe do Comando Sul, Laura Richardson, deixou claro o interesse estratégico que os Estados Unidos têm na América do Sul (em termos de água, petróleo e lítio, entre outros). Por fim, acrescentemos que a Rússia, enquanto ator tendencialmente hegemônico num mundo multipolar, está longe de ter o alcance das referidas potências no campo da disputa pela transição energética.

Outro elemento distintivo significativo entre estes três consensos é o papel do Estado. Sabemos que uma lógica de estado mínimo marcou o consenso de Washington, e o consenso das mercadorias sustentou um estado moderadamente regulador, mas em estreita aliança com o capital transnacional. Por sua vez, o consenso sobre a descarbonização parece inaugurar a emergência de um novo tipo de neo-estatismo de planejamento – em alguns casos mais próximo de um Estado ecocorporativo – que combina a transição verde com a promoção de fundos público-privados e a financeirização da natureza. As transições verdes impulsionadas pelas instituições

governamentais e pelo Estado tendem a se aproximar, facilitar e fundir-se com as transições corporativas numa dinâmica de submissão do setor público aos interesses privados. Contudo, em alguns casos com ciclos de protesto intensos, o Estado pode procurar recuperar a autonomia relativa ao promover transições ecossociais que incentivem a descentralização e a desconcentração do poder corporativo.

Da mesma forma, embora o consenso das *commodities* e o consenso da descarbonização tenham uma lógica extrativista, a gama de produtos e minerais necessários ampliou-se. No primeiro caso, são fundamentalmente produtos alimentícios, hidrocarbonetos e minerais como cobre, ouro, prata, estanho, bauxita e zinco; enquanto, no segundo, além disso, o foco de interesse está nos chamados minerais críticos necessários para a transição energética, como lítio, cobalto, grafite e índio, entre outros, bem como terras raras. Em ambos os casos, a extração e exportação de matérias-primas têm consequências catastróficas em termos de destruição ecológica e geração de dependência. No entanto, um aspecto crucial que diferencia o extrativismo verde do extrativismo anterior é o discurso utilizado para o legitimar, uma vez que os atores que o promovem afirmam que é sustentável e a única forma possível de enfrentar a emergência climática.

Em suma, é essencial compreender as mudanças de significado que a questão climática e ecológica tem sofrido nos últimos anos. Para além dos inimigos clássicos, o consenso da descarbonização emerge como um quadro mais complexo e sofisticado que os movimentos sociais e as alternativas devem enfrentar e lidar. ■

Contato com:

Breno Bringel <brenobringel@iesp.uerj.br> / Twitter: [@brenobringel](https://twitter.com/brenobringel)

Maristella Svampa <maristellasvampa@gmail.com> / Twitter: [@SvampaM](https://twitter.com/SvampaM)

> Transição energética no Norte da África:

colonialismo, apropriação e expropriação

por **Hamza Hamouchène**, Instituto Transnacional e Campanha de Solidariedade da Argélia, Argélia



Central elétrica solar de Ouarzazate, Marrocos. Crédito: iStock, 2022.

Algumas transições para energias renováveis podem ser extrativistas e manter práticas de expropriação, dependências e hegemonias existentes. Alguns exemplos da região do Norte de África (particularmente em Marrocos) vêm à mente. Todos eles mostram como o colonialismo energético é reproduzido através do colonialismo verde ou da apropriação verde.

O objetivo do Marrocos de aumentar a participação de energias renováveis na sua matriz energética para 52% até 2030, em termos de capacidade instalada, é louvável. No entanto, tem de ser realizada uma avaliação crítica



ca se o que realmente importa para nós não é qualquer tipo de transição, mas sim uma “transição justa” que beneficie os empobrecidos e marginalizados na sociedade, em vez de aprofundar sua exclusão socioeconômica.

A Central Solar de Ouarzazate foi inaugurada em 2016, pouco antes das Conversações Climáticas (COP22) realizadas em Marraquexe. Foi elogiada como a maior central solar do mundo e a monarquia marroquina foi declarada defensora das energias renováveis. Mas [ir um pouco mais fundo] revela uma imagem diferente. Primeiro, a fábrica foi instalada em terras (3.000 hectares) de comunidades agropastoris Amazigh sem a sua aprovação ou consentimento; isto constitui uma apropriação de terras para uma agenda supostamente verde (uma “apropriação verde”). Em segundo lugar, este megaprojeto é controlado por interesses privados e foi construído através da contratação de uma dívida enorme de 9 bilhões de dólares do Banco Mundial, do Banco Europeu de Investimento e outros. Esta dívida é coberta por garantias do governo marroquino, o que significa potencialmente mais dívida pública para um país já sobrecarregado. Terceiro, o projeto não é tão verde quanto afirma ser. O uso de energia solar concentrada (CSP) requer um uso considerável de água para resfriar e limpar os painéis. Numa região semi-árida como Ouarzazate, desviar a água do uso para beber e para a agricultura é [simplesmente ultrajante](#).

O projeto “Noor Midelt” constitui a Fase II do plano de energia solar do Marrocos e visa fornecer mais capacidade energética do que a central de Ouarzazate. É uma usina híbrida CSP e fotovoltaica (PV). Com 800 MW planejados para a sua primeira fase, será um dos projetos solares mais significativos do mundo que combina tecnologias CSP e PV. Em maio de 2019, um consórcio formado pela EDF Renewables (França), Masdar (Emirados Árabes Unidos) e Green of Africa (conglomerado marroquino) tornou-se o licitante vencedor e foi selecionado para construir e operar a instalação em parceria com a Agência Marroquina de Energia Solar (MASEN) por 25 anos. O [projeto](#) contraiu mais de 2 bilhões de dólares em dívidas do Banco Mundial, do Banco Africano de Desenvolvimento, do Banco Europeu de Investimento, da Agência Francesa de Desenvolvimento e do KfW.

O projeto começou em 2019, enquanto o comissionamento está previsto para 2024. O complexo solar Noor Midelt será desenvolvido em um local de 4.141 hectares no planalto Haute Moulouya, no centro de Marrocos, aproximadamente 20 quilômetros a nordeste da cidade de Midelt. Um total de 2.714 hectares foram geridos como terras comunais/coletivas pelas três comunidades étnicas agrárias de Ait Oufella, Ait Rahou Ouali e Ait Massoud Ouali. Ao mesmo tempo, aproximadamente 1.427 hectares foram declarados terras florestais e geridos pelas comunidades. No entanto, a terra foi confiscada de seus proprietários com o respaldo de leis e regulamentos nacionais que permitem a expropriação para

servir ao interesse público. A decisão do tribunal administrativo de janeiro de 2017 concedeu a expropriação a favor da MASEN, e a decisão do tribunal foi divulgada publicamente em março de 2017.

> Uma narrativa ambiental colonial

Fazendo lembrar uma narrativa ambiental colonial em curso que rotula as terras expropriadas como marginais e subutilizadas e, portanto, disponíveis para investimento em energia verde, o Banco Mundial, em um [estudo realizado em 2018](#), sublinhou que “o terreno arenoso e árido permite apenas crescimento de pequenos arbustos e a terra é inadequada para o desenvolvimento agrícola devido à falta de água”. Esta narrativa também foi utilizada na promoção da fábrica de Ouarzazate no início da década de 2010. [Uma pessoa naquela época afirmou](#):

“O pessoal do projeto fala disso como um deserto que não é aproveitado, mas para o pessoal daqui não é um deserto, é um pasto. É o seu território e o seu futuro que está na terra. Quando você toma minha terra, você tira meu oxigênio.”

O relatório do Banco Mundial não pára por aí, mas afirma que “a aquisição de terras para o projeto não terá impactos na subsistência das comunidades locais”. No entanto, a tribo pastoril transumante de Sidi Ayad, que há séculos utiliza a terra para pastar animais, discorda. Hassan El Ghazi, [um jovem pastor, declarou em 2019](#) a um ativista da ATTAC Marrocos:

“A nossa profissão é o pastoreio e agora este projeto ocupou as nossas terras onde levamos as nossas ovelhas para pastar. Eles não nos empregam no projeto, mas empregam estrangeiros. A terra em que vivemos foi ocupada. Estão destruindo as casas que construímos. Somos oprimidos e a região de Sidi Ayad está sendo oprimida. Seus filhos são oprimidos, os seus direitos e os direitos dos nossos antepassados foram perdidos. Somos ‘analfabetos’ que não sabem ler e escrever... As crianças que você vê não foram à escola... Estradas e caminhos estão cortados... No final, somos invisíveis e não existimos para eles. Exigimos que as autoridades prestem atenção à nossa situação e às nossas regiões. Não existimos com essas políticas e é melhor morrer, é melhor morrer!”

> Protestos e resistência

Neste contexto de espoliação, miséria, subdesenvolvimento e injustiça social, o povo de Sidi Ayad tem manifestado o seu descontentamento desde 2017 através de vários protestos. Em fevereiro de 2019, realizaram um protesto sentado, que levou à detenção de Said Oba Mimoun, membro do Sindicato dos Pequenos Agricultores e Trabalhadores Florestais, que foi condenado a doze meses de prisão.

Mostepha Abou Kbir, outro sindicalista que tem apoiado a luta da tribo Sidi Ayad, descreveu como a terra foi cercada



sem a aprovação das comunidades locais que têm suportado décadas de exclusão socioeconômica. Foi cercada e ninguém pode se aproximar. Ele contrasta os megaprojetos de desenvolvimento do Estado marroquino com a inexistência de infraestruturas básicas em Sidi Ayad. Além disso, ele aponta para outra dimensão do cerco e da apropriação de recursos: a dizimação dos recursos hídricos na região de Drâa-Tafilalet em prol destes enormes projetos (a central solar de Midelt será alimentada pela barragem vizinha de Hassan II) que as comunidades locais reclamam de não se beneficiarem. Neste contexto desafiador, em que os pequenos proprietários de rebanhos são expulsos enquanto a riqueza está concentrada em poucas mãos, juntamente com a mercantilização do mercado pecuário e as secas crônicas, o projeto solar de Midelt deverá exacerbar a ameaça aos meios de subsistência destas comunidades pastoris e agravar a sua marginalização.

Não só as comunidades de Sidi Ayad têm manifestado preocupações sobre este projeto. Algumas mulheres do movimento Soulaliyate também têm exigido o seu direito de acesso à terra na região de Drâa-Tafilalet e exigiram uma compensação adequada pelas suas terras ancestrais onde a central solar foi construída. “[Mulheres Soulaliyate](#)” refere-se a mulheres tribais de Marrocos que vivem em terras coletivas. O movimento de mulheres Soulaliyate começou no início dos anos 2000 e surgiu em resposta à intensa mercantilização e privatização das terras comunais. As mulheres tribais exigiram direitos e quotas-partes iguais quando as suas terras foram privatizadas ou divididas. Apesar das intimidações, das detenções e até dos cercos por parte das autoridades públicas, o movimento espalhou-se por todo o país e mulheres de diferentes regiões uniram-se em torno da bandeira da igualdade e da justiça.

Apesar de todas estas preocupações e injustiças, o projeto segue em frente, protegido pela monarquia, pelo seu regime repressivo e pelos seus instrumentos de propaganda. A lógica de externalizar os custos socioecológicos e de os deslocar através do espaço e do tempo, característica do impulso extrativista do capitalismo, não tem fim.

> Colonialismo verde e ocupação no Sahara Ocidental

Embora alguns dos projetos no Marrocos, como a Central Solar de Ouarzazate e Noor Midelt, sejam qualificados como “apropriação verde”, a apropriação de terras e recursos para fins supostamente ambientais, projetos similares de energia renovável (solar e eólica) que ocorrem nos territórios ocupados do Sahara Ocidental podem ser apropriadamente rotulados de “colonialismo verde”, uma vez que são levados a cabo apesar dos Saharauis e nas suas terras ocupadas.

O colonialismo verde pode ser definido como a extensão das relações coloniais de pilhagem e espoliação (bem como a desumanização do outro) para a era verde

das energias renováveis, com o conseqüente deslocamento dos custos socioambientais para países e comunidades periféricas. O mesmo sistema está em vigor, mas com uma fonte de energia diferente, passando dos combustíveis fósseis para a energia verde. Os mesmos padrões globais de produção e consumo intensivos de energia são mantidos, e as mesmas estruturas políticas, econômicas e sociais que geram desigualdade, empobrecimento e desapropriação permanecem intocadas.

Atualmente, existem três parques eólicos operacionais no Sahara Ocidental ocupado. Um quarto está em construção em Bojador, enquanto vários ainda estão em fase de planejamento. Combinados, esses parques eólicos terão capacidade superior a 1.000 MW. Estes parques eólicos fazem parte do portfólio da Nareva, empresa de energia eólica que pertence à *holding* da família real marroquina. Cerca de 95% da energia que a empresa estatal marroquina de fosfato OCP necessita para explorar as reservas não renováveis de fosfato do [Sahara Ocidental](#) em Bou Craa é gerada por moinhos de vento. Um total de 22 turbinas eólicas Siemens geram energia renovável na fazenda Foum el Oued de 50 MW, que está em operação desde 2013.

Em novembro de 2016, no contexto das negociações climáticas da COP22 da ONU, a ACWA Power da Arábia Saudita assinou um acordo com a MASEN para desenvolver e operar um complexo de três centrais de energia solar fotovoltaica (PV), totalizando 170 MW. Duas destas centrais (hoje em funcionamento), totalizando 100 MW, não estão, no entanto, localizadas em Marrocos, mas sim no interior do território ocupado (El Aaiún e Bojador). Também foram feitos planos para uma terceira usina solar em El Argoub, perto de Dakhla. Estes projetos renováveis estão a ser utilizados para consolidar a ocupação, aprofundando os laços de Marrocos com os territórios ocupados, com a cumplicidade do capital e das empresas estrangeiras.

Num tal contexto, é de fundamental importância ir além da superfície da linguagem de “limpeza”, “brilho” e “cortes de emissões de carbono” e observar e examinar minuciosamente a materialidade da transição para as energias renováveis. O que parece unir todos estes projetos e o entusiasmo em torno deles é uma suposição profundamente errônea de que qualquer movimento em direção às energias renováveis é bem-vindo e que qualquer mudança dos combustíveis fósseis, independentemente da forma como é realizada, vale a pena. Precisamos dizer claramente: a crise climática que enfrentamos atualmente não é atribuível aos combustíveis fósseis em si, mas sim à sua utilização insustentável e destrutiva para alimentar a máquina capitalista. Assim, uma transição verde e justa deve transformar e descolonizar fundamentalmente o nosso sistema econômico global, que não é adequado ao propósito a nível social, ecológico ou mesmo biológico. ■

Contato com:
Hamza Hamouchène <hamza.hamouchene@gmail.com>
Twitter: [@BenToumert](#)

> Colonialismo verde e interno na África

por **Nnimmo Bassey**, Fundação Saúde da Mãe Terra, Nigéria



| Exploração mineira na África. Crédito: iStock, Africanway, 2012.

O colonialismo verde é uma extensão e uma fusão do colonialismo político, econômico e sociocultural. Foi construído e cimentado na [colonialidade profundamente enraizada](#) através da qual os líderes africanos foram programados para acreditar, por exemplo, no sistema internacional de conservação do patrimônio. Esses líderes utilizaram os chamados padrões internacionais ou estrangeiros para promover os seus interesses. Além da conservação das fortalezas, o colonialismo vendeu às elites locais a ideia de recorrer às economias externas em busca de dinheiro em troca de materiais naturais e de mão-de-obra. Os Estados neocoloniais continuam este padrão de procura de investimento direto estrangeiro (FDI), que extrai principalmente mão-de-obra e matérias-primas e lhes dá divisas cujo valor é definido remotamente.

>>

Exemplos de como as colônias ficaram presas nestes becos sem saída cambiais podem ser vistos na agricultura de *plantation*, que passou do cultivo de alimentos para o cultivo de dinheiro. A agricultura comercial na era colonial deu continuidade aos sistemas agrícolas exploradores construídos sob a escravatura. Hoje, a agricultura de *plantation* continua a produzir culturas de exportação, desencadeando a apropriação de terras e impedindo os agricultores de produzir alimentos para as suas comunidades. Para complicar a situação, além de alimentar os mercados externos, as *plantations* e as monoculturas também fornecem agora biocombustíveis para máquinas ou bioenergia. Seja nos setores agrícola, mineiro ou dos combustíveis fósseis, os líderes africanos procuram sobretudo divisas, sem desempenhar nenhum papel na configuração dos preços.

As estruturas erguidas pelo colonialismo e pela era pós-colonial alteraram dramaticamente a dinâmica socioeconômica e política do continente africano. As sementes da busca de renda foram semeadas pelo colonialismo e regadas pelas manipulações de instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). A dívida também tem sido uma ferramenta usada para alterar imaginários de desenvolvimento e pressionar os países a se abrirem mais à pilhagem. Os governos são pressionados a pagar as dívidas externas, cumprir os requisitos de importação e dar às empresas transnacionais condições econômicas liberais, incluindo incentivos fiscais, quotas trabalhistas e a liberdade de repatriar todos os lucros nas suas transações. Também se envolvem em parcerias incestuosas com estas corporações, tornando impossível instituir uma supervisão regulamentar severa. A falta de vontade dos governos e a sua incapacidade de controlar as ações das corporações levaram à exploração ecocida, que já criou zonas mortas em algumas áreas.

A consolidação da liberdade de exploração também foi auxiliada pela criação de comércio livre ou zonas econômicas especiais, que foram caracterizadas como enclaves de exceção. Uma classe de zona de comércio livre (FTZ) é a zona de processamento de exportações (ZPE), geralmente criada nos países em desenvolvimento pelos seus governos para promover as exportações industriais e comerciais. Muitos países consideram essas zonas os principais estímulos para atrair investimento estrangeiro direto. A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) relata que existem mais de 200 zonas econômicas especiais (ZEE) espalhadas por 38 países africanos. Observa também que pelo menos outras 56 zonas estão em construção e outras ainda se encontram numa fase inicial de desenvolvimento. Cerca de 150.000 hectares de terra na África são dedicados às ZEE, enquanto mais de 2,6 mil milhões de dólares foram mobilizados em investimentos no processamento agrícola, na indústria transformadora e nos serviços.

O regime de extração de divisas tem sido uma história interminável de subtração, acrescentando valor insuficiente às pessoas ou ao planeta. Princípios voluntários e superficiais de direitos humanos e iniciativas de transparência ajudam as corporações a fazer uma lavagem verde nas suas atividades e a exportar sujeira através de políticos corruptos. Esta infeliz situação foi prevista por Frantz Fanon quando observou no seu clássico livro *Os Condenados da Terra* que o colonialismo se contenta em trazer à luz os recursos naturais que extrai e exporta para satisfazer as necessidades das indústrias da metrópole, permitindo assim que setores da colônia se tornassem relativamente ricos. “Mas o resto da colônia segue o seu caminho de subdesenvolvimento e pobreza ou, em todo o caso, afunda-se nele mais profundamente”.

Fanon viu como as estruturas coloniais fragmentam as nações e ampliam as subjetividades que freiam os esforços para construir a unidade africana. Fanon esclarece como os membros da elite política conseguem se ver como produtores de nichos de oportunidades para suas nações e a busca de renda como o motor do progresso. Isto explica porque é que os atuais líderes estão tão empenhados em defender a posição de que a exploração de combustíveis fósseis e outros minerais para exportação/dinheiro é um direito que não pode ser negociado. Esta dinâmica também especifica que o ecocídio deve ser aceito, pois não se podem fazer omeletes sem partir os ovos.

A exploração voraz exige um repensar profundo do desenvolvimento. O papel do Banco Mundial e do FMI na aplicação do financiamento dos serviços sociais, incluindo a saúde, a educação e os apoios econômicos, através dos seus infames programas de ajustamento estrutural, destaca-se como uma manipulação colonial que derrubou o bom senso, reverteu o progresso, instituiu a pobreza e construiu o subdesenvolvimento. A influência perversa destas instituições sublinha a necessidade de prestar muita atenção às desigualdades de poder, utilizando uma lente ecossocialista e anticolonial.

> A corrida pelos fósseis

No caso da corrida pelo petróleo e gás africanos, os líderes vêem apenas uma oportunidade para os seus países se beneficiarem de projetos acelerados. O argumento é que a expansão da produção aumentará o acesso à energia para a sua população, embora esta seja uma afirmação tola, dado que [décadas de extração](#) só produziram devastação ecológica e pobreza.

A fixação no comércio colonial construiu o que também pode ser chamado de economia vodu. Neste sistema, o caixa flui com pouca produção ou transformação de matérias-primas. Esta dinâmica consolidou uma cultura de rentismo ou dependência em que os países africanos dependem de empresas extrativistas multina-



cionais para obter receitas nacionais. Não é de surpreender que [receitas de petróleo representem](#) pelo menos 20% do PIB na Líbia, Argélia, Gabão, Chade, Angola e República do Congo. Além disso, embora o petróleo e o gás contribuam com modestos 6% do PIB real da Nigéria, representam 95% das receitas cambiais e 80% das receitas do governo. O grupo de nações da União Africana aproveitou as negociações climáticas da COP27 em Sharm-el-Sheikh em 2022 para fazer [lobby pela expansão da produção de combustíveis fósseis](#), a fim de se beneficiarem de vastos recursos naturais, como supostamente fizeram as nações mais ricas. O seu argumento é desprovido de um exame crítico dos mecanismos de apropriação e externalização que tornaram possível às nações mais ricas se beneficiarem desses recursos.

A raiz da apropriação de recursos na África não pode ser extraída do colonialismo, pois foi isso que proporcionou a base para a impunidade sem medo de ser responsabilizado. A pilhagem e a impunidade aumentaram, com força brutal quando necessário. Isto significa que os mapas dos recursos naturais e dos conflitos no continente se sobrepõem quase perfeitamente. A exploração tem sido apoiada por exércitos nacionais, agentes especiais de segurança e mercenários. A extração é literalmente realizada atrás de escudos militares, ignorando os direitos humanos e coletivos.

[Patrick Bond](#), um ecologista político, capta apropriadamente a situação preocupante da pressão interminável pelos combustíveis fósseis face ao aquecimento global, invocando o papel da França, da África do Sul e de Ruanda. “As atuais operações da *Total* na África seguem um padrão antigo: exploração de combustíveis fósseis e corrupção das economias, governos, sociedades e ambientes dos países em desenvolvimento, todos apoiados pelo poder estatal francês.” Como apoio à sua afirmação, afirma que: “Emmanuel Macron [o presidente de França] deixou isto bem claro em 2021, quando insistiu em defender os ativos de gás de 20 mil milhões de dólares da *Total* em Moçambique através de intervenção militar, liderada por soldados ruandeses e sul-africanos. O papel subimperialista de Pretória explica o seu apoio desesperado aos novos magnatas do petróleo com os quais a *Total* se aliou desde meados da década de 2010 para explorar grandes reservas de gás e procurar novos depósitos através de explosões sísmicas.”

Bond observa que desde 2021 surgiram duas formas de resistência contra o renascimento do imperialismo fóssil e do subimperialismo ao longo deste eixo: conflito violento que abalou a *Total*, a gigante francesa do petróleo e do gás; e mobilizações ambientais e sociais na costa sul-africana que abalaram o governo daquele país.

O papel da França, um país que mantém um controle colonial estrito sobre as nações francófonas na África, é especialmente interessante. Embora tenha proibido o fraturamento hidráulico e a extração de petróleo bruto nos

seus territórios e também tenha proibido a publicidade de combustíveis fósseis, o seu gigante do petróleo e do gás, a *TotalEnergies*, continua a extrair noutros locais e mais notoriamente em Cabo Delgado, Moçambique, de onde partiu [primeiro carregamento](#) de gás fóssil. o que ocorreu enquanto a COP27 acontecia em Sharm El Sheikh. O momento do primeiro carregamento ilustra como a violência não impediu a extração de recursos na África, uma vez que muitas vezes andam de mãos dadas. Isto é sintetizado pelos casos de diamantes de sangue na Libéria e pela instabilidade contínua na República Democrática do Congo.

A *Total* é um dos intervenientes mais significativos de Cabo Delgado no que diz respeito à extração de gás. O Parque em terra da *Afungi LNG*, construído para o negócio dos combustíveis fósseis, deslocou mais de 550 famílias para construir uma estrada de 70 quilômetros até o Parque, que tem um aeródromo, bem como estações de tratamento e instalações portuárias. As comunidades costeiras de pescadores foram deslocadas para uma “aldeia de realocação” que fica a mais de 10 km para o interior, isolando-as efetivamente do mar e negando-lhes suas terras agrícolas, áreas de pesca, meios de subsistência em geral, cultura e tudo o que é importante para as comunidades costeiras. Cabo Delgado abriga [os três maiores projetos de gás natural liquefeito \(LNG\)](#) da África: o Projeto Moçambique LNG (*Total*, antiga Anadarko) com um valor de 20 bilhões de dólares, o Projeto Coral FLNG (ENI e ExxonMobil) com um valor de 4,7 bilhões de dólares, e o Rovuma Projeto de GNL (ExxonMobil, ENI e CNPC) avaliado em 30 bilhões de dólares. Cabo Delgado pode ser o local de um dos maiores desastres no continente provocados por empresas.

Em novembro de 2022, a Justiça Ambiental organizou uma reunião sobre impunidade corporativa em Maputo com mais de 100 pessoas de comunidades de toda Moçambique. Durante a reunião, uma pessoa da comunidade declarou de forma muito pungente: “Para nós, as empresas multinacionais não trouxeram desenvolvimento, trouxeram desgraça”. Substituíam-se “empresas multinacionais” por “colonialismo” e surge um quadro mais completo. Outro delegado presente na reunião questionou se a destruição das suas terras poderia ser chamada de desenvolvimento. Ele então perguntou retoricamente: “É esse o desenvolvimento que queremos?”

O colonialismo, seja negro, azul ou verde, nunca consulta o povo. Esta falta de consulta é alimentada por uma falta de respeito arraigada pelas pessoas e pelo planeta. No jogo colonial, as áreas onde a *Total*, empresa de petróleo e gás, opera, sofrem com o aumento das desigualdades sociais e das divisões resultantes, sendo o único fator unificador o fato de serem geralmente conhecidas como Áreas da *Total*. ■

Contato com:
Nnimmo Bassey <home@homef.org>
Twitter: [@NnimmoB](https://twitter.com/NnimmoB)

> Manifesto dos povos do Sul: uma transição energética ecossocial*



Manifesto from the Peoples of the South: FOR AN ECOSOCIAL ENERGY TRANSITION

Crédito: Pacto Ecosocial e Intercultural del Sur.

Mais de dois anos após a eclosão da pandemia da COVID-19 – e agora juntamente com as consequências catastróficas da invasão da Ucrânia pela Rússia – emergiu uma “nova normalidade”. Este novo *status quo* global reflete um agravamento de várias crises: social, econômica, política, ecológica, biomédica e geopolítica.

O colapso ambiental se aproxima. A vida cotidiana tornou-se cada vez mais militarizada. O acesso à boa alimentação, água potável e cuidados de saúde acessíveis tornou-se ainda mais restrito. Mais governos tornaram-se autocráticos. Os ricos tornaram-se mais ricos, os poderosos mais poderosos, e a tecnologia não regulamentada apenas acelerou estas tendências.

Os motores deste *status quo* injusto – capitalismo, patriarcado, colonialismo e vários fundamentalismos – estão piorando uma situação ruim. Portanto, devemos



debater e implementar urgentemente novas visões de transição e transformação ecossocial que sejam justas em termos de gênero, regenerativas e populares.

> Nosso diagnóstico

Neste *Manifesto dos Povos do Sul: Por uma Transição Energética Ecossocial*, sustentamos que os problemas do Sul Global são diferentes dos do Norte Global e dos de potências emergentes como a China. O desequilíbrio de poder entre estes dois domínios não só persiste devido a um legado colonial duradouro, como também se aprofundou devido a um modelo energético neocolonial. No contexto das alterações climáticas, das necessidades energéticas cada vez maiores e da perda de biodiversidade, os centros capitalistas intensificaram a pressão para extrair riqueza natural e depender de mão-de-obra barata dos países da periferia. Não só o conhecido paradigma extrativista ainda está em vigor, mas a dívida ecológica do Norte para com o Sul está aumentando.

O que há de novo são as “transições de energia limpa” do Norte Global, que colocaram ainda mais pressão sobre o Sul Global para produzir cobalto e lítio para produzir baterias de alta tecnologia, madeira balsa para turbinas eólicas, terrenos para grandes painéis solares e novas infra-estruturas para megaprojetos de hidrogênio. Esta descarbonização dos ricos, que é baseada no mercado e orientada para a exportação, depende de uma nova fase de espoliação ambiental do Sul Global, que afeta a vida de milhões de mulheres, homens e crianças, para não mencionar a vida não humana. Desta forma, o Sul Global tornou-se mais uma vez uma zona de sacrifício, um cesto de recursos supostamente inesgotáveis para os países do Norte Global.

Uma prioridade para o Norte Global tem sido proteger as cadeias de abastecimento globais, especialmente de matérias-primas críticas, e evitar que certos países, como a China, monopolizem o acesso. Os ministros do comércio do G7, por exemplo, defenderam recentemente uma cadeia de abastecimento responsável, sustentável e transparente para minerais críticos através da cooperação internacional, política e financeira, incluindo a facilitação do comércio de bens e serviços ambientais através da Organização Mundial do Comércio. O Norte Global tem pressionado por mais acordos comerciais e de investimento com o Sul Global para satisfazer a sua necessidade de recursos, especialmente aqueles essenciais para “transições para energias limpas”. Estes acordos, concebidos para reduzir as barreiras ao comércio e ao investimento, protegem e reforçam o poder e os direitos das empresas, submetendo potencialmente os Estados a processos judiciais de acordo com mecanismos de resolução de litígios entre investidores e Estados (ISDS). O Norte Global utiliza estes acordos para controlar a “transição para energia limpa” e criar um novo colonialismo.

Enquanto isso, os governos do Sul caíram na armadilha da dívida, pedindo dinheiro emprestado para construir indústrias e agricultura em grande escala para abastecer o Norte. Para pagar estas dívidas, os governos sentiram-se obrigados a extrair mais recursos, criando um círculo vicioso de desigualdade. Hoje, o imperativo de ir além dos combustíveis fósseis sem reduzir significativamente o consumo no Norte apenas aumentou a pressão para explorar estes recursos naturais. Além disso, à medida que avança com as suas transições energéticas, o Norte tem apenas defendido da boca para fora a sua responsabilidade de resolver a sua dívida ecológica histórica e crescente com o Sul.

Pequenas mudanças na matriz energética não são suficientes. Todo o sistema energético deve ser transformado, desde a produção e distribuição até ao consumo e resíduos. Substituir carros de combustão interna por veículos elétricos é insuficiente, pois todo o modelo de transporte precisa mudar, com redução do consumo de energia e promoção de opções sustentáveis. As relações devem tornar-se mais equitativas não só entre os países centrais e periféricos, mas também *dentro* dos países, entre as elites e o povo. As elites corruptas do Sul Global também colaboraram neste sistema injusto, lucrando com o extrativismo, reprimindo os direitos humanos e a defesa ambiental, e perpetuando a desigualdade econômica. Em vez de serem apenas tecnológicas, as soluções para estas crises interligadas são, acima de tudo, políticas.

> Uma transição justa para o Sul Global

Como ativistas, intelectuais e organizações de diferentes países do Sul Global, apelamos aos agentes de mudança de todas as partes do mundo para que se comprometam com uma transição ecossocial radical, democrática, justa em termos de gênero, regenerativa e de base que transforme tanto o setor energético e as esferas industriais e agrícolas que dependem de insumos energéticos em grande escala. Segundo os diferentes movimentos pela justiça climática, “a transição é inevitável, mas a justiça não”.

Ainda temos tempo para iniciar uma transição justa e democrática. Podemos fazer a transição do sistema econômico neoliberal para uma direção que sustente a vida; combine justiça social com justiça ambiental; reúna valores igualitários e democráticos com uma política social resiliente e holística; e restaure o equilíbrio ecológico necessário para um planeta saudável. Mas, para isso, precisamos de mais imaginação política e de mais visões utópicas de outra sociedade que seja socialmente justa e que respeitem a nossa casa comum.

A transição energética deve fazer parte de uma visão abrangente que leve em conta a desigualdade radical na distribuição dos recursos energéticos e promova a demo-



cracia energética. Deveria tirar a ênfase das instituições de grande escala – agricultura corporativa, grandes empresas de energia – e soluções baseadas no mercado. Em vez disso, deveria reforçar a resiliência da sociedade civil e das organizações sociais.

> **Nossas declarações**

Portanto, trazemos os seguintes oito pontos:

1. Alertamos que uma transição energética liderada por megaprojetos empresariais do Norte Global e aceita por numerosos governos do Sul Global implica o alargamento das zonas de sacrifício em todo o Sul Global e a persistência do legado colonial, do patriarcado e da armadilha da dívida. A energia é um direito humano elementar e inalienável e a democracia energética deve ser o nosso objetivo.

2. Clamamos aos povos do Sul Global para que rejeitem as falsas soluções que acompanham as novas formas de colonialismo energético, agora em nome de uma “transição verde”. Fazemos um apelo específico para continuar a coordenação política entre os povos do Sul, ao mesmo tempo que procuramos alianças estratégicas com setores críticos do Norte.

3. Para mitigar os estragos da crise climática e promover uma transição ecossocial justa e popular, exigimos o reembolso da dívida ecológica. Face à responsabilidade desproporcional do Norte Global pela crise climática e pelo colapso ambiental, isto significa implementar eficazmente um sistema de compensação para o Sul Global. Este sistema deve incluir uma transferência considerável de fundos e tecnologia apropriada e considerar o cancelamento da dívida soberana para os países do Sul Global. Apoiamos reparações por perdas e danos sofridos pelos povos indígenas, grupos vulneráveis e comunidades locais devido à mineração, barragens de grande escala e projetos de energia suja.

4. Rejeitamos a expansão da fronteira de hidrocarbonetos nos nossos países – através de fraturamento hidráulico e projetos *offshore* – e repudiamos o discurso hipócrita da União Europeia, que recentemente declarou o gás natural e a energia nuclear como “energias limpas”. Tal como já proposto na Iniciativa Yasuni no Equador em 2007 e hoje apoiado por muitos setores e organizações sociais, apoiamos a manutenção dos combustíveis fósseis no subsolo e a criação das condições sociais e laborais necessárias para abandonar o extrativismo e avançar em direção a um futuro pós-combustíveis fósseis.

5. Rejeitamos igualmente o “colonialismo verde” na forma de apropriação de terras para parques solares e eólicos, a mineração indiscriminada de minerais críticos e a promoção de “soluções” tecnológicas como o hidrogênio

azul, verde e cinzento. Cercamento, exclusão, violência, invasão e entrincheiramento caracterizaram as relações energéticas Norte-Sul passadas e atuais e não são aceitáveis numa era de transição ecossocial.

6. Exigimos uma proteção genuína aos defensores do meio ambiente e dos direitos humanos, especialmente povos indígenas e mulheres, que estão na linha da frente da resistência ao extrativismo.

7. Os nossos objetivos fundamentais devem incluir a eliminação da pobreza energética nos países do Sul Global – e partes do Norte Global – através de projetos de energias renováveis alternativos, descentralizados e equitativamente distribuídos, pertencentes e operados pelas comunidades.

8. Denunciamos os acordos comerciais internacionais que penalizam os países que pretendem restringir a extração de combustíveis fósseis. Temos de pôr fim aos acordos comerciais e de investimento controlados por empresas multinacionais que, em última análise, promovem mais extração e reforçam o neocolonialismo.

Nossa alternativa ecossocial é baseada em inúmeras lutas, estratégias, propostas e iniciativas comunitárias. O nosso Manifesto liga-se às experiências vividas, às perspectivas críticas e às outras comunidades locais, mulheres e jovens dos povos indígenas em todo o Sul Global. É inspirado no trabalho sobre os direitos da natureza, *buen vivir*, *vivir sabroso*, *sumac kawsay*, *ubuntu*, *swaraj*, os bens comuns, a economia do cuidado, a agroecologia, a soberania alimentar, o pós-extrativismo, o pluriverso, a autonomia e a soberania energética. Acima de tudo, apelamos a uma transição ecossocial radical, democrática, popular, justa em termos de gênero, regenerativa e abrangente.

Seguindo os passos do [Pacto Ecossocial e Intercultural do Sul](#), este Manifesto propõe uma plataforma dinâmica que o convida a juntar-se à nossa luta partilhada pela transformação, ajudando a criar visões coletivas e soluções coletivas. ■

* Este Manifesto dos Povos do Sul é uma peça coletiva escrita por ativistas, intelectuais e organizações de diferentes lugares do Sul Global e é o resultado de um ano de diálogo entre diferentes vozes da América Latina, África e Ásia.

> A necessidade de uma teoria renovada da autoridade (e do autoritarismo)

por **Kathya Araujo**, Universidade de Santiago do Chile, e membro do Comitê de Pesquisa em Teoria Sociológica da ISA (RC16)

Crédito: [Freepik](#).



Autoridade – e as formas como é exercida – é um problema tão atual quanto urgente. As preocupações em torno desta questão incluem fenômenos que vão desde o apoio social a regimes autoritários, ao próprio autoritarismo, às dificuldades dos professores no exercício da autoridade nas escolas ou na gestão dos espaços urbanos, até às tensões no seio das famílias. A urgência e os riscos contidos nos fenômenos sociais e políticos que hoje assistimos sugerem que devemos abordar esta questão com maior precisão a partir da sociologia, e precisamos fazer com as ferramentas adequadas. Con-

tudo, os estudos sociológicos sobre o exercício da autoridade têm sido até agora escassos; acima de tudo, é necessária uma maior renovação da noção de autoridade em termos teóricos.

A questão da autoridade constituiu um foco de interesse muito antigo na teoria social, e o autor mais influente no estudo deste fenômeno foi Max Weber. O entendimento oferecido por Weber – baseado na ideia de que a crença na legitimidade sustenta a autoridade – permaneceu o mais influente na teoria social e nos estudos empíricos. Contudo, como discuto aqui, não é

>>

aconselhável manter a hegemonia desta concepção por duas razões. Em primeiro lugar, a tese da autoridade através da legitimidade apenas nos permite captar parcialmente este fenômeno nas sociedades de hoje. Em segundo lugar, só pode dar conta de um exercício particular de autoridade específico para certas realidades sociais.

Começemos por considerar a primeira destas duas razões: o alcance da tese da autoridade através da legitimidade para estudar as sociedades atuais. Como sabemos, Weber considerou que no cerne da dinâmica da autoridade está a crença na legitimidade, ou seja, a crença na fundamentação do comando ou no exercício do poder. A crença na legitimidade permite o exercício consensual, o que é fundamental para entender sua estabilidade e permanência. Weber desenvolveu uma noção de autoridade, entendendo as hierarquias como estáveis e relativamente duráveis ao longo do tempo. Assim, sua teoria dá conta de um tipo de exercício de autoridade que ainda tem alguns fundamentos e suportes baseados em instituições, tradições ou valores geralmente compartilhados. Tal exercício de autoridade tem as seguintes características: a) está ligado a uma concepção de hierarquias como estáveis e duradouras; b) a obediência baseia-se numa relação sintônica do ego com o comando; c) baseia-se num quadro relativamente estável de distribuição de poder entre grupos (homens sobre mulheres, adultos sobre crianças, etc.); d) é exercido prioritariamente de forma relacional e intersubjetiva; e e) é apoiado por papéis de mediação entre os membros da comunidade e entre os membros da comunidade e as coisas do mundo.

> **Desafiando o modelo clássico de autoridade**

Várias correntes sociais transformadoras desafiaram tal modelo de exercício de autoridade. Mencionarei brevemente cinco que impactaram muitas sociedades e como os indivíduos concebem hierarquias e autoridade.

A primeira corrente está ligada à pluralização de ordens morais, crenças e valores. Esta tendência contribuiu para enfraquecer o apoio típico à autoridade. Mas também quebra a exigência teórica da existência de crenças comuns e partilhadas como suporte para a legitimidade.

A segunda corrente é a constante expansão e aprofundamento dos princípios normativos de igualdade e autonomia. Uma consequência significativa destes processos tem sido o questionamento das hierarquias e da sua condição de estabilidade e durabilidade, que é o que a tese weberiana toma como pressuposto explicativo.

A terceira consiste nos intensos processos de individualização relacionados com uma maior resistência da subordinação à vontade do outro. Existe uma aparente tensão entre a exigência de enfatizar a individualidade,

a sua singularidade e a necessidade de obediência ou conformidade intersubjetiva. Portanto, a dimensão ego-sintônica considerada central para a tese da legitimidade torna-se tensa.

Em quarto lugar, as mudanças na distribuição de poder entre grupos desafiaram as formas tradicionais de estruturar hierarquias e a sua gestão, por exemplo, o modelo patriarcal de autoridade. Também produziram um cenário mais conflituoso e contestado, minando o apoio à estabilidade das hierarquias.

A quinta corrente tem a ver com a evolução tecnológica. Estes desafiaram o peso da autoridade relacional ao introduzir novos princípios de autoridade factual. Ao fazê-lo, colocam em tensão o caráter relacional e fortemente intersubjetivo assumido pela tese weberiana. Mas também questionam o papel mediador de figuras de autoridade, como médicos ou professores.

Em suma, estas novas correntes questionam a autoridade tal como a conhecíamos e concebíamos, mas, ao fazê-lo, questionam também dimensões constitutivas da noção de autoridade tal como retratada pela tese da autoridade através da legitimidade.

> **Repensando a autoridade através da legitimidade**

A tese da autoridade através da legitimidade também pode ser questionada numa segunda perspectiva, juntamente com os desafios sócio-históricos das correntes que acabamos de mencionar. A [minha pesquisa](#) sobre o caso do Chile revela que não houve apenas uma modalidade de exercício da autoridade; várias modalidades precisam se enquadrar na explicação oferecida pela tese da legitimidade.

As minhas conclusões mostram que o exercício da autoridade no Chile tem sido historicamente baseado menos nas condições de obediência consensual (como no modelo weberiano). No caso chileno, o exercício da autoridade não envolve legitimação, ou seja, esforços para fortalecer a crença na legitimidade. Em vez disso, há uma preocupação estratégica em fazer com que o outro obedeça. Neste caso, o que sustenta a autoridade é que aquele que a exerce evidencia a sua capacidade ou habilidade para se fazer obedecer. O teste de autoridade é o efeito comportamental que ela tem.

Na medida em que há pouca preocupação em alcançar o consentimento reconciliado, a obediência muitas vezes não é ego-sintônica. Pelo contrário, é geralmente o resultado de avaliações estratégicas que são pragmáticas e baseadas na capacidade interativa dos atores. Isto é contrário a Weber, para quem o interesse nunca poderia ser a base da crença na legitimidade e, portanto, o fundamento da autoridade.



Essa é uma modalidade histórica de exercício de autoridade própria de uma sociedade historicamente verticalizada, com hierarquias rígidas e naturalizadas, que atualmente se confronta com um novo modelo normativo de autoridade dialógico-democrático (e que também se distancia do modelo de crença na legitimidade). No entanto, ainda é um modelo de autoridade difundido na sociedade por ser hoje considerado indispensável e o único que garante a obediência.

Assim, a minha investigação mostra que existem diferentes modalidades de exercício da autoridade de acordo com as realidades sociais e que estão relacionadas aos meios com que cada sociedade resolve o problema de gestão das assimetrias de poder entre os seus membros. Estas diferentes modalidades de autoridade não devem ser consideradas desvios de uma norma, mas sim como soluções históricas particulares que devem ser compreendidas dentro das características estruturais, dinâmicas e lógica social de cada sociedade.

> Rumo a uma abordagem interativa e situada do exercício da autoridade

As duas linhas de argumentação que desenvolvi sobre os limites da teoria da autoridade via legitimidade convergem numa necessidade: renovar as nossas abordagens teóricas e, portanto, conceituais e metodológicas. Uma proposta neste sentido está contida na abordagem interativa e relacional, que [desenvolvi e testei](#) em um conjunto de estudos empíricos.

Em primeiro lugar, esta abordagem propõe que pensemos na autoridade como um entre muitos mecanismos sociais (educação, civildade, sociabilidade, etc.) para gerir assimetrias de poder que moldam a vida social em sociedades constitutivamente atravessadas por assimetrias de poder. Isto permite afastar-nos da falsa dicotomia da autoridade na teoria social como um simples mecanismo de integração ou um puro instrumento de dominação.

Em segundo lugar, propõe que desfaçamos a estreita relação entre a noção de hierarquia e a ordem hierárquica e, portanto, a concepção de hierarquias como duráveis, permanentes e rígidas. Isto porque esta forma de compreensão dificulta a inteligibilidade da gestão das assimetrias de poder em sociedades mais móveis, com cadeias de distribuição de poder mais transversais e alternância mais significativa na ocupação de lugares de autoridade. Em vez disso, propõe que partamos de uma concepção de hierarquias como móveis, com fronteiras difusas e transitórias.

Terceiro, sugere que os fundamentos da autoridade e as razões da obediência e, portanto, a dimensão puramente representacional no estudo da autoridade, deveriam ser menos importantes como objeto de análise. Estamos num momento em que as explicações baseadas em componentes fundacionais (fundamentos) e as performances baseadas no consenso normativo (como a teoria da legitimidade baseada em representações) mostram os seus limites. Esta nova abordagem, portanto, coloca a ênfase analítica no exercício da autoridade. A análise desta interação pode fornecer chaves abrangentes para a compreensão da autoridade em sociedades caracterizadas pela alternância, contingência e pluralidade.

Em quarto lugar, já não concebe a autoridade como exibindo a homogeneidade compacta que normalmente deriva da teoria da legitimidade, em grande parte graças à noção de “tipo ideal” utilizada por Weber. A abordagem sugerida propõe que consideremos a autoridade como uma solução particular encontrada por sociedades com características estruturais e históricas específicas, que enfrentam diferentes exigências para o seu exercício dependendo dos momentos históricos, da esfera social em questão (família, política, trabalho ou outras), e a posição social ocupada.

Em suma, precisamos urgentemente renovar as nossas ferramentas para estudar a autoridade. E, neste sentido, como indicam os resultados da minha pesquisa empírica e teórica, precisamos passar de uma abordagem baseada na “crença na legitimidade” para uma abordagem interativa e situada no exercício da autoridade que possa explicar como os atores sociais de hoje resolvem o problema da gestão das assimetrias de poder nas diferentes sociedades. ■

Contato com:
Kathya Araujo <kathya.araujo@usach.cl> / Twitter: [@AraujoKathya](https://twitter.com/AraujoKathya)

> A política do medo e a imaginação política autoritária

por **Lara Sartorio Gonçalves**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

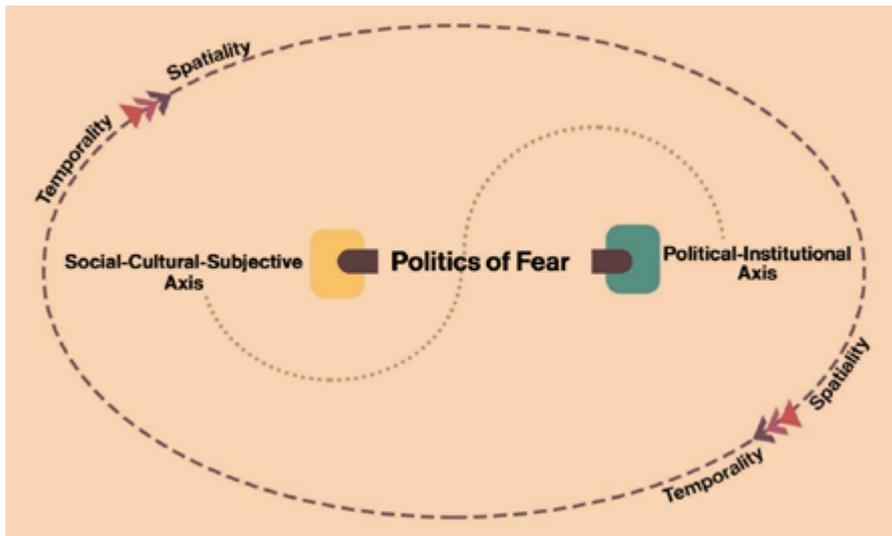


Imagem criada pela autora para ilustrar que o aparente oxímoro da política o medo está enredado em amálgamas temporais e espaciais que estruturam duas outras camadas fundamentais da sua manifestação: a camada político-institucional e a camada sociocultural-subjetiva.

Uma das palavras mais proeminentes na última década foi “medo”. Refiro-me aqui à multidimensionalidade do medo: da violência urbana; de nossos corpos serem violados; da violência estatal; de injustiça social; do futuro; e até medo existencial. A reatividade aliada ao instinto de sobrevivência de viver sob a iminência de um colapso global fez do medo uma bússola para o comportamento político e a constituição de laços sociais. O que chamarei de “política do medo” inclui aspectos que vão além da sua recente emergência (expressa nomeadamente na ascensão global da extrema direita e na sua instrumentalização do medo). Uma perspectiva abrangente sugere que estamos testemunhando a agência de grupos políticos de extrema direita – como é o caso do bolsonarismo no Brasil, que estudei – mas também tendências sociais que acomodam a imaginação política autoritária e as âncoras sócio-históricas-existenciais do medo.

> Entre o visível e o invisível

Uma perspectiva que não rejeita movimentos, dobras e emaranhados de elementos multifacetados, mas explora a multiplicidade do que é reiterado, experimentado e acumulado não apenas no nível mental, mas também nos músculos, no sangue e nos impulsos, é o que afirmo ser a *prática de fissuras*. Graficamente, a política do medo é maleável à fluidez. As separações são meramente didáticas

e analíticas e há porosidades entre os elementos. Vale ressaltar que nem mesmo instituições, indivíduos, coletivos e empresas são atores coesos e unidirecionais. A política do medo é constitutiva da política moderna e, numa definição mais ampla, significa o conjunto de mecanismos que medeiam a transformação do medo – seja produzido ou mobilizado – num impulso para a coesão social.

A difusão do medo é um afeto político que é um vetor dinâmico na constituição dos laços sociais, ao mesmo tempo que legitima exclusões sociais e animosidades. O aparente oxímoro da política do medo está emaranhado em amálgamas temporais e espaciais. Com isso quero dizer memória; estética; arquitetura; planejamento urbano militarizado, infraestruturas e seus abismos sociais; processos de digitalização e aceleração do tempo; a experiência das fronteiras e a geolocalização do medo; e violência colonial e urbana, entre outros aspectos.

A experiência do medo difere de acordo com as geometrias de poder, envolvendo principalmente raça, gênero e classe (que constituem a matriz do medo e dos inimigos sociais). Por exemplo, em territórios onde a violência emana particularmente do Estado por meio da polícia, como nas *favelas* brasileiras, [o medo dos agentes uniformizados é significativamente maior do que na cidade](#), onde os militares muitas vezes inspiram uma sensação de segurança.

>>

Dentro das fissuras da política do medo, existem dois eixos: o político-institucional e o sociocultural-subjetivo. O primeiro trata da relação colonial subjacente entre o Estado e a civilidade baseada no binário ordem/caos. É central para a noção do monopólio da violência e da responsabilidade do Estado pela proteção social; sustenta a lógica do que é aceitável/legítimo como autoridade; constitui o espelhamento das noções de moralidade e secularidade e do empreendedorismo da política. Intimamente relacionada e dentro do mesmo fluxo espacial e temporal, a dimensão sócio-cultural-subjetiva consiste na base cognitiva e nas implicações políticas da afirmação de certa racionalidade: a lógica da alteridade perigosa (que cria a necessidade de um Estado que protege), com efeitos relacionados com a política de inimizade e polarização política furiosa; a implementação de tecnologias de vigilância nos processos de digitalização e uma certa vontade de cercear a liberdade; a produção estética do medo e de imagens de violência com alta reproduzibilidade midiática.

O esboço conceitual da política do medo permite a reflexão sobre a ascensão da extrema direita e a adesão popular ao autoritarismo a partir de uma perspectiva abrangente. A abordagem preocupa-se com a emergência e persistência ao longo do tempo da extrema direita, com oscilações quer no seu radicalismo quer na sua adesão, e assim compreender as suas consequências como marcos sociopolíticos para além de vitórias eleitorais surpreendentes em todo o mundo. A reflexão sobre como a vida pública e a experiência política produzem e mobilizam afetos servirá de apoio à adesão social. Inspirado por [Kathya Araujo](#), identifiquei anteriormente âncoras sócio-existenciais que são fundamentais para compreender o apelo das ideias de extrema direita na contemporaneidade.

> Âncoras sócio-existenciais autoritárias

A relação entre autoridade e percepções de eficiência que está cimentada no imaginário coletivo dos territórios com formações estatais coloniais é fundamental para a assimilação do autoritarismo. Há uma dinâmica histórica de criminalização da alteridade refletida na estrutura racializada do Estado, no uso da força e da violência como dominação territorial e nos marcadores subjetivos de distinção entre colonizador e colonizado. Quando olhamos para o Brasil, é notável como sua formação histórica demonstra a construção dessa compreensão da eficácia da autoridade baseada na repressão às rebeliões escravizadas. Reconhecer que este medo generalizado é fundamental e sustenta as relações sociais permite-nos pensar em variações nas formas como a autoridade (autoritarismo) é exercida, mesmo sob o pretexto de democracia. A compatibilidade do autoritarismo com o neoliberalismo demonstra, além disso, a expansão generalizada de práticas autoritárias, manifestadas em múltiplas esferas da vida, desde as mais íntimas e individuais até às relações sociais mais amplas.

O papel do medo no processo de constituição de imagens de si e dos outros, bem como na dinâmica da territorialidade na emergência dos espaços urbanos, justifica a ideia de que o medo é um afeto colonizador que atualiza as divisões na cidade, tal como formulado originalmente por Vladimir Safatle. Os territórios oferecem um prisma por meio do qual os arranjos sociais podem ser identificados. Existem implicações fortes em ambas as direções entre o medo e a espacialidade, que incluem a arquitetura, o planejamento urbano e a representação (e localização) de grupos subalternos como “portadores” de ameaça e violência. Algumas das consequências desta espacialidade podem ser vistas em cidades muradas, em condomínios fechados ou no planejamento urbano militarizado. A existência da metrópole não é visível em si: necessita da colônia para que o contraste entre o invisível e o visível se revele, e é nesta perspectiva que o processo de urbanização é entendido como geografias do medo e da criminalização de situações perigosas e alteridades baseadas no racismo.

A sociologia urbana nos países da periferia do mundo sugere que existe uma extrapolação do sentimento de insegurança através dos meios de comunicação social e das conversas diárias entre as pessoas, bem como da presença real do crime. Seguindo a estética do planejamento urbano militarizado, intensificam-se cercas e muros, organizando a cidade não só por razões de segurança e segregação, mas também por razões estéticas e de status. Isto nos leva a refletir sobre a importância da manutenção e do aprofundamento das desigualdades sociais e da violência urbana midiaticizada para a consolidação dos abismos sociais.

Outra ancoragem crucial que justifica o fundamento maniqueísta do bem (nós) e do mal (eles) diz respeito às relações de moralidade, religiosidade e racionalidade. O resultado dessas fusões – envolvendo religião, Estado e racionalidade – refere-se não apenas ao caráter das normas e instituições; são elementos que desencadeiam interpelações coletivas e a produção de sensibilidades compartilhadas. Neste momento histórico, em que já estamos bastante familiarizados com uma conotação positiva de “civilização” e “domesticação”, podemos dizer que as mulheres e as populações colonizadas e escravizadas continuam a ser alvos mais imediatos (os ‘desviantes’) do patriarcado. Não é de admirar que a reatividade da extrema direita seja caracterizada como masculinizada, branca, reivindicando virilidade heteronormativa e violência militarizada, abrangendo a sua repulsa ao que chamam de “ideologia de gênero”. É verdade que o deslocamento das mulheres da restrição do espaço doméstico para a ocupação de espaços públicos despertou um medo existencial dentro da masculinidade.



> Imaginação autoritária e tendências sociais

Além disso, vale a pena destacar três tendências sociais contemporâneas que constituem âncoras sócio-existenciais que acomodam a ascensão da imaginação autoritária: individualização, digitalização e sentido de urgência. A primeira trata do sujeito moderno tutelado pelo terror do estranho. Os encontros com o outro desestabilizam a ordem do eu. O indivíduo vive em um mundo perturbador e, por isso, busca continuamente artifícios como proteção do outro que é visto como um intruso, um perigo anunciado. Neste sentido, os laços sociais são regidos pelo medo – economicamente estruturado – onde a autoridade do Estado garante que a vida em sociedade não é uma vulnerabilidade ameaçadora. A marca da individualização, na sua expressão radicalizada, pode ser exemplificada através do “empreendedorismo de si”.

A segunda tendência, a digitalização, trata do poder de penetração da imagem, que é crescente numa realidade onde a aceleração do tempo é uma característica fundamental. A digitalização sustenta – e é sustentada por – um elevado fluxo de informação, avanços tecnológicos com implicações na comunicação e nas relações, atenção dispersa no curto prazo acomodando múltiplas possibilidades e, portanto, o poder instantâneo da imagem. A imagem tem “eficácia simbólica”, ou seja, já carrega conteúdo e produz imediatamente sentido em relação aos significantes que compõem a unidade imaginária do eu. A centralidade da imagem, entrelaçada com a digitalização da sociedade, tem efeitos significativos na própria linguagem e na circulação de ideias. A concatenação de imagens que produzem um repertório autoritário, racista, masculino integra-se, por diversos meios, no imaginário que a extrema-direita reivindica e amplifica.

Finalmente, no capitalismo contemporâneo, vivemos no paradoxo do desenvolvimento tecnológico com uma aceleração proporcional do tempo que leva a um estado contínuo de urgência devido à falta de tempo. O que parecia apontar para uma exuberante economia de tempo, dada

a maior velocidade dos transportes, das comunicações e, sobretudo, da produção, transformou-se no seu esgotamento. A aceleração da modernidade implica uma dessincronização social, onde os indivíduos sempre se percebem atrasados e têm medo de perder oportunidades. Esta sensação de atraso promove duas estratégias que parecem centrais para a extrema direita. A primeira é a noção de que tudo é um “ultimato”: “devemos agir, e devemos agir agora”, não há tempo para a elaboração de um projeto futuro. A segunda indica a obsolescência das instituições e dos seus aparatos, que se revelam lentos face à rapidez do fluxo das necessidades. Essas dimensões surgem da dinâmica de aceleração do tempo refletida por Helmut Rosa, que impacta a compreensão coletiva e individual do espaço-tempo. Se a operação num sentido de urgência é imposta apesar dos desejos individuais, através de estruturas sociais, então podemos dizer que existem meios de agência nisto.

> Notas finais

O medo produziu e moldou subjetividades ao longo da história, influenciando matrizes discursivas (linguagens) numa relação insone e móvel com a sensibilidade e a corporeidade. Elementos estruturais e estruturantes do medo estão presentes na história, reinventando-se constantemente e reorganizando as relações interpessoais. Dispositivos e âncoras da política do medo são mobilizados como justificativa para práticas autoritárias, seja nas relações interpessoais, grupais, ou entre a sociedade e o Estado. A dispersão e multidimensionalidade do medo são marcantes, revelando um aspecto social difícil de isolar; existem camadas visíveis e invisíveis, que se relacionam com o medo num movimento que se sustenta mutuamente. O aprofundamento da multiplicidade dos dispositivos do medo como afeto político levou à constatação de que eles são agência e instrumentalização de estratégias de dominação e controle social, que influenciam formas de interação e constituições subjetivas. ■

Contato com Lara Gonçalves Sartorio <larasartorio@iesp.uerj.br>

> As lutas pela água como resistência ao capitalismo neoliberal

por **Madelaine Moore**, Universidade de Bielefeld, Alemanha



Barragem de Warragamba. Crédito: iStock, zetter, 2022.

Crescendo na Austrália durante a Seca do Milênio, a água – ou a falta dela – era onipresente. Agora que vivi no norte da Europa durante a maior parte da última década, a crescente urgência das discussões sobre a diminuição das águas subterrâneas, a seca e a estagnação dos rios parece-me preocupantemente familiar. Para grande parte do mundo minoritário, a água tende a ser algo que consideramos garantido. É quando a água está ausente, quando ela para de fluir, ou quando o que flui está tão poluído que é inseguro, que começamos a tomar conhecimento das inúmeras maneiras pelas quais dependemos da água e das formas como ela lubrifica a economia política global. A água, a sua presença ou ausência, determina não só como e onde podemos viver, mas também quem sobreviverá, o que significa simplesmente que não podemos viver sem ela.

> O bem comum deve ser central para qualquer solução

Esta relação alienada com a água está longe de ser universal; muitas comunidades indígenas entendem a água como vida, como parte de nós e, portanto, como algo que não pode ser mercantilizado. Para os mais de 2 bilhões de pessoas que vivem sem acesso à água potável e para 25% da população mundial que vive em ambientes com escassez de água, a água não é claramente algo que seja dado como garantido. Os ativistas da água em todo o mundo uniram-se sob o apelo comum “água é vida”, exigindo que a água seja entendida como um bem comum que é central para qualquer resposta bem sucedida à crise ecológica em curso.

Apesar de enfrentarmos uma crise hídrica global, a água e os seus serviços e infraestruturas relacionados continuam a ser mercantilizados, privatizados, comercializados e cada vez mais financiados. Estes processos são apresentados como soluções e não como causas da crise. Por exemplo, os resultados da recente Conferência das Nações Unidas sobre a Água – a primeira conferência das Nações Unidas dedicada à água em mais de 50 anos – incluíram apelos para mobilizar ainda mais o setor privado para preencher a lacuna de financiamento. E embora as empresas transnacionais, as empresas de água e as instituições financeiras tenham sido encorajadas a assumir compromissos voluntários e incluídas nas discussões sobre como a gestão da água poderia ser ainda mais integrada com o financiamento verde (agora talvez também azul?) e a responsabilidade social corporativa, muitas ONGs e ativistas da água não foram convidados.

> Criação de vida versus obtenção de lucro: resistência à mercantilização

No meu livro recentemente publicado [Water Struggles as Resistance to Neoliberal Capitalism: A Time of Reproductive Unrest](#) [As lutas pela água como resistência ao Capitalismo Neoliberal: uma época de agitação reprodutiva], exploro a crise hídrica global e as formas como as comunidades na Austrália e na República da Irlanda resistiram à expansão da fronteira do produto água. Utilizo uma comparação incorporada onde as lutas pela água são utilizadas como veículo para dar coerência a esta conjuntura específica; uma conjuntura marcada por crises reprodutivas econômicas, ecológicas e sociais simultâneas, das quais a crise hídrica global é uma faceta.

O livro tem dois focos centrais. O primeiro é o papel crítico da expropriação (da água, da natureza e da reprodução social) para a acumulação capitalista. A segunda são as formas de agência que emergem em resposta a estas dinâmicas. Ao trazer para o diálogo os protestos contra as taxas de água na Irlanda e a resistência à expansão do gás não convencional na Austrália, exploro a tensão entre a criação de vida e a obtenção de lucro que define a nova fronteira do produto água.

O meu argumento é que cada apropriação de água reflete uma faceta diferente, embora inter-relacionada, de um sistema que continua a minar a capacidade de produção da vida. Em ambos os casos, os recursos hídricos ou a água como infraestrutura de reprodução social foram reinventados como locais de acumulação para resolver as

>>

crises de acumulação existentes que surgiram após as crises financeiras de 2008-2010. Na Austrália, a natureza foi utilizada como “tocar e afundar”, onde o crescimento econômico dependia da sua contínua expropriação sob a forma de combustíveis fósseis, mineração e agricultura. Entretanto, na Irlanda, os serviços públicos de água foram alvo de reestruturação para reequilibrar os orçamentos públicos na sequência do resgate dos bancos, e as comunidades da classe trabalhadora sofreram as consequências.

> A ‘solução esférica’ como ineficaz gestão de crises

Contudo, um argumento-chave do livro é que, ao agir desta forma, as potenciais crises econômicas não foram resolvidas. Em vez disso, a expropriação e a reimaginação foram transferidas para as condições que tornam a acumulação possível: a reprodução social, a natureza e, cada vez mais, o Estado. Retomando a concepção de David Harvey de uma fixação espacial e lendo-a através da teoria da reprodução social, desenvolvo a noção de uma fixação esférica para mostrar como as crises são movidas entre estas esferas como uma forma de gestão de crises. Na Irlanda, a crise econômica foi “resolvida” transformando-a numa crise de reprodução social para as comunidades da classe trabalhadora. Na Austrália, a potencial crise econômica foi evitada alimentando a crise ecológica através da extração intensificada de combustíveis fósseis para exportação e, subsequentemente, esgotando a capacidade reprodutiva social das comunidades rurais que dependiam dessas mesmas paisagens aquáticas. Esta ideia de uma solução esférica também destaca a dependência destes regimes de acumulação da expropriação da natureza e do trabalho socialmente reprodutivo, ou seja, dinâmicas-chave da crise hídrica global.

No entanto, em cada caso, ao dar prioridade à reprodução do capital transnacional em detrimento das comunidades rurais e da classe trabalhadora, as instituições políticas necessárias à acumulação de capital foram desestabilizadas. Uma evidente sobreposição de interesses políticos e econômicos resultou tanto no encerramento de oportunidades políticas formais para alternativas como na crescente dissidência entre aqueles tornados descartáveis no status quo existente. As crises econômicas estavam agora também assumindo a forma de crises políticas. No processo de luta, surgiram racionalidades subversivas que eram incoerentes com o que tinha acontecido antes; o terreno político foi reconfigurado à medida que as comunidades foram recentemente politizadas através da luta.

> Dois exemplos da crescente luta social e antagonismo de classe

Na Austrália, ao redefinir a água como coletiva e não como uma forma de propriedade privada, as comunidades rurais estavam combatendo uma compreensão alienada da sociedade e da natureza que era central para a expansão colonial da fronteira de *white commodity* [mer-

cadorias brancas] na Austrália. Compreender a água e as comunidades como co-constitutivas, tornou necessário separar as questões da propriedade da terra da propriedade privada, levantando questões de desapropriação e problematizando a *terra nullius*. Nestes movimentos sociais, emergiu uma incoerência com as lógicas dominantes do Estado e do mercado, assim como um antagonismo de classe em linhas ecológicas. A água passou a ser entendida como uma constelação de relações sociais contestadas; e a posição de classe das pessoas era determinada pela sua relação com estes processos de expropriação, e não como uma posição estratificada na sociedade.

Na Irlanda, o foco na água como infraestrutura de reprodução social evoluiu rapidamente para uma crítica mais ampla ao Estado e às instituições relacionadas, particularmente à democracia representacional. A água como reprodução social e infraestruturas relacionadas foi entendida como comum, um direito coletivo, que não deveria ser alvo de acumulação de capital. Contudo, ao fazer estas reivindicações, a capacidade e o interesse limitados do Estado para prestar contas deste direito coletivo ganharam maior destaque: as limitações materiais do Estado significavam que, mesmo que direitos como o direito à água fossem expandidos no papel, poderiam não ser realizados. O Estado irlandês e a sua inserção nos circuitos do capital financeiro global significavam que continuaria a ser um antagonista da realização dos interesses da classe trabalhadora.

> Espaço para racionalidades subversivas: agitação reprodutiva

No processo de cada luta social surgiram mais do que alianças temporárias; uma relação comum com a expropriação permitiu a solidariedade entre e dentro das comunidades. Tanto a comunidade irlandesa como a australiana exemplificaram uma contradição fundamental do capitalismo neoliberal: a crescente incompatibilidade das condições necessárias para a obtenção de lucros e a criação de vida. Ao analisar estas lutas através de um diálogo com a teoria ecossocialista e da reprodução social, a arena da luta de classes foi alargada para incluir o lar, a natureza e a vizinhança.

Localizando estas lutas no âmbito da crise hídrica global e começando pelos pontos de contradição, defendo que as lutas pela água interrompem processos de reprodução capitalista e abrem um espaço para racionalidades subversivas. Na Austrália e na Irlanda, o que surgiu foi um momento de agitação reprodutiva. Como mostro ao longo do livro, a crise hídrica global não diz respeito apenas ao acesso ou à gestão de um recurso. O que está em jogo são as relações sociais e as instituições que permitem as apropriações de água e a ocorrência de crises. ■

Contato com Madelaine Moore <madelaine.moore@uni-bielefeld.de>

